



Relatório de Gestão & Contas 2016

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE

Praia, mar. 2017

Índice

1. MENSAGEM DO PCA	7
2. PRINCIPAIS INDICADORES	9
2.1 Indicadores financeiros	9
2.2 Indicadores do Mercado de Títulos	9
3. ANÁLISE DA CONJUNTURA RECENTE	12
4. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO PRIMÁRIO	13
4.1 Ofertas e Emissões Realizadas	13
4.1.1 Oferta Particular ASA, SA	13
4.1.2 Oferta Particular TACV, SA	13
4.1.3 Oferta Particular BAI, SA	14
4.1.4 Leilões de Títulos do Tesouro	14
4.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Primário	15
5. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO SECUNDÁRIO	18
5.1 Atividades realizadas no mercado secundário	18
5.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Secundário	19
6. OPERAÇÕES DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE EVENTOS CORPORATIVOS	22
6.1. Principais atividades desenvolvidas	22
6.2 Análise dos Eventos Corporativos	23
6.2.1 Juros Vencidos	23
6.2.2 Dividendos	26
6.2.3 Amortizações	26
7.1 Transferências processadas	28
7.2 Codificação ISIN	29
8. FORMAÇÃO	30
9. MARKETING E COMUNICAÇÃO	31
10. JURÍDICO E REGULAMENTAÇÃO	32
11. DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	32
12. INFORMÁTICA	34
13. RESPONSABILIDADE SOCIAL	34
14. CONTAS E INDICADORES FINANCEIROS	34
14.1 Situação Patrimonial e Investimentos	34
14.1.1 Situação Patrimonial	34
14.1.2. Principais investimentos	35
14.2 Análise da Situação Económica e financeira	35
14.2.1 Situação Económica	35
14.2.2 Situação Financeira	38

15. INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO DE SOCIEDADE	38
16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38
17. ASSINATURAS	40
ANEXO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS	41

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores Financeiros 2014/2016.....	9
Tabela 2 - Indicadores do Mercado títulos 2014/2016.....	10
Tabela 3 - Evolução cotações Segmento Ações.....	11
Tabela 4 - Resultados Oferta Particular Obrigações ASA.....	13
Tabela 5 - Resultados Oferta Particular Obrigações TACV.....	13
Tabela 6 - Resultados Oferta Particular Obrigações BAI CV, Série B.....	14
Tabela 7 - Resultados Oferta Particular Obrigações BAI CV, Série C.....	14
Tabela 8 - Volume Operações no MP por tipo de Operação 2014/2016.....	16
Tabela 9 - Volume Operações no MP por tipo de título 2014/2016.....	16
Tabela 10 - Volume Operações no MP por Instituição 2014/2016.....	17
Tabela 11 - Volume Operações no MP por Emitente 2014/2016.....	17
Tabela 12 - Volume transações por tipo de título 2014/2016.....	20
Tabela 13 - Volume transações por título 2014/2016.....	20
Tabela 14 - Volume transações (Compras) por Operador de bolsa 2014/2016.....	21
Tabela 15 - Número de transações de Compra Operador de bolsa 2014/2016.....	21
Tabela 16 - Montante de Juros Vencidos por tipo de título 2014/2016.....	23
Tabela 17 - Montante de Juros Vencidos por Emitente 2014/2016.....	24
Tabela 18 - Taxa de juro nominal médio por Emitente 2014/2016.....	25
Tabela 19 - Relação juros vencidos e Por pagar Emitente em entre 2014/2016.....	25
Tabela 20 - Montante dividendos pagos por Emitente 2014/2016.....	26
Tabela 21 - Valor unitário dividendos pagos por Emitente 2014/2016.....	26
Tabela 22 - Montante Amortizações Vencidas por tipo de título 2014/2016.....	27
Tabela 23 - Montante Amortizações Vencidas por Emitente 2014/2016.....	27
Tabela 24 - Volume de transferências de ações por tipo de título 2014/2016.....	28
Tabela 25 - Número de títulos codificados por Emitente 2014/2016.....	29
Tabela 26 - Número de títulos codificados por Emitente 2014/2016.....	29
Tabela 27 - Número de Participantes nas Formações Realizadas Por Ilha /região.....	30
Tabela 28 - Número de Horas de Formação Realizadas Por Ilha /região.....	30
Tabela 29 - Número de Sessões Realizadas Por Ilha /região.....	31
Tabela 30 - Situação Patrimonial 2014/2016.....	34
Tabela 31 - Situação Económica 2014/2016.....	35
Tabela 32 - Situação financeira 2014/2016.....	38

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução recente cotações Segmento Acionista.....	11
Gráfico 2 - Volume global de Operações no MP 2014/2016	15
Gráfico 3 - Volume global de Operações no MP 2014/2016	15
Gráfico 4 - Volume global de transações em Mercado Secundário 2014/2016	19
Gráfico 5 - Volume de transações em Mercado de Bolsa 2014/2016.....	19
Gráfico 6 - Juros Vencidos entre 2014/2016.....	23
Gráfico 7 - Montante de Amortizações Vencidos 2014/2016.....	27
Gráfico 8 - Evolução volume de negócios 2014/2016	36
Gráfico 9 – Fontes de receitas obtidas em 2016	37
Gráfico 10 - Evolução dos principais custos 2014/2016	37

Lista de Principais Siglas e Acrónimos

AGMVM – Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários

ASA – Aeroportos e Segurança Aérea SA

BAI - CV – Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde

BCA – Banco Comercial do Atlântico

BCN – Banco Cabo-verdiano de Negócios

BCV – Banco de Cabo Verde

BIA – Banco Interatlântico

BT – Bilhetes de Tesouro

BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde

CAIXA / CECV – Caixa Económica de Cabo Verde

CLC – Central de Liquidação e Custódia

CVFF – Cabo Verde Fast Ferry

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

ISIN - International Securities Identification Number

MFP – Ministério das Finanças e do Planeamento

MP – Mercado primário

MS – Mercado Secundário

OD – Obrigações Diversas (engloba Obrigações *Corporate* e Municipais)

OT- Obrigações de Tesouro

PIB – Produto Interno Bruto

SCT – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos

TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde

TT – Títulos de Tesouro

1. MENSAGEM DO PCA

Exmo. Sr. Acionista,

O cenário complexo determinou, e ainda determina, muito planeamento e disciplina da Bolsa de Valores de Cabo Verde, para cumprir sua missão de proporcionar a todos os agentes económicos, alternativas de investimento e financiamento, através da realização e intermediação de operações sobre valores mobiliários, cumprir seus compromissos de criação de valor para o acionista, ética nos negócios, valorização do capital humano e a literacia financeira.

Não obstante a complexidade, a Bolsa de Valores de Cabo Verde alcançou grandes marcos em termos de estabelecimento de bases para o mercado de capitais prosperar. Estas bases concentram-se, essencialmente, na realização e aprimoramento essenciais do mercado, tais como, construção de um sistema eletrónico de Negociação, infraestruturas de TI, custódia, liquidação, atração de investidores e emitentes locais, Emissão de produtos clássicos para as empresas e Estado, Acordos, visando desenvolvimento de parcerias, entre outros.

Entretanto, ainda os níveis de liquidez nos locais de negociação colocam uma restrição ao desenvolvimento económico e do mercado. Atendendo às necessidades específicas de Cabo Verde, considerando o fator tecnológico que será a força disruptiva para os próximos anos, possibilitando inovação e mudança, com particular destaque nos domínios de novos produtos, serviços, modelos de negócio e estruturas operacionais, bem como um catalisador para a entrada de novos *players*, torna-se fundamental apostar numa estratégia de longo prazo que passa pela aumento da liquidez, com especial enfoque em novos produtos, e na qualidade dos serviços visando elevar o nível de desenvolvimento do mercado de capital de Cabo Verde, como a local de excelência para empresas e investidores poderem maximizar os seus recursos.

A BVC, regulada e supervisionada pela Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários- **AGMVM**, vem atuando sempre com base nas melhores práticas de governança corporativa e, especialmente, com foco em transparência e geração de valor para suas partes interessadas, aspetos fundamentais para a sustentabilidade dos negócios e que, permitiram que hoje fizéssemos parte de associações internacionais tais como, a *Association of National Numbering Agencies* – **ANNA**, a *African Securities Exchanges Association* – **ASEA** e ainda, recentemente integramos ao Conselho de Mercado de Capitais da África Ocidental - **WACMIC** (*West African Capital Markets Integration Council*).

O crescimento da autonomia e da rentabilidade financeira institucional é visível, apesar do cenário macroeconómico atual desfavorável. A BVC vem apresentando consecutivos resultados líquidos positivos, demonstrando uma boa performance do mercado de capitais, resultado do trabalho e responsabilidade, dos colaboradores da BVC, sem os quais não seriam possíveis os resultados já alcançados.

No final de 2016, a capitalização bolsista situava em 67.783.635.796\$00, uma variação positiva de 8,5% face ao período homólogo, representado cerca de 41,6% do PIB.

Em termos de resultados económicos da Instituição, à semelhança dos últimos anos, o desempenho foi notável, atingindo um **resultado líquido 25.453.000\$00** e um volume de negócios de 90.564.000\$00, tendo ainda alcançado rácios que demonstram a solidez financeira, designadamente Solvabilidade (2,97), Autonomia financeira (0,75) e Liquidez geral (2,06).

Para os indicadores da performance económica, no geral, a tendência continua a ser positiva, salvo ligeira queda em algumas rubricas, tendo apresentado para 2016 um aumento de 1,8% no volume de vendas, sendo composto maioritariamente pelas receitas provenientes dos serviços de custódia mensal e manutenção anual, seguido pela taxa de manutenção na cotação e Operações de Bolsa.

Para 2017, tendo como alicerce as linhas estratégicas 2017/2020 da instituição, a BVC pretende, num horizonte de longo prazo, tornar-se numa Bolsa credível em linhas com as melhores práticas mundiais, mas adaptada às necessidades da economia de Cabo Verde e dos países da África, em especial da CEDEAO e, promover a expansão da economia Cabo-verdiana.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho de Administração

Manuel Joaquim de Lima

2. PRINCIPAIS INDICADORES

2.1 Indicadores financeiros

Em termos de resultados económicos da Instituição, à semelhança dos últimos anos, a BVC teve durante o ano de 2016, um desempenho notável, atingindo um **resultado líquido de 25.453.000\$00** e um volume de negócios de 90.564.000\$00, tendo ainda alcançado rácios que demonstram a solidez financeira, designadamente Solvabilidade (2,97), Autonomia financeira (0,75) e Liquidez geral (2,06).

Além de termos registados um ligeiro aumento dos Resultados líquidos (cerca de 1%), em 2016, a gestão de Tesouraria razoável, conforme demonstrada pelos rácios de Liquidez Imediata (aumento de 95%) e Prazo médio de Recebimentos (diminuição de 10,9%).

Tabela 1 - Indicadores Financeiros 2014/2016

Descrição	2014	2015	2016	Var. 15/16
Resultado Líquido	14 395 000,00	25 238 000,00	25 453 000,00	0,9%
Solvabilidade (CP/Passivo)	1,87	2,17	2,97	37,0%
Autonomia Financeira (CP/Ativo)	0,65	0,68	0,75	9,3%
Rentabilidade do Ativo (RL / Ativo)	0,14	0,20	0,18	-9,9%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,22	0,30	0,24	-17,6%
Liquidez Geral	1,55	1,75	2,06	17,6%
Liquidez Imediata	0,39	0,42	0,82	95,4%
PMR (dias)	153,66	189,24	168,60	-10,9%
PMP (dias)	132,55	61,66	86,30	40,0%

2.2 Indicadores do Mercado de Títulos

Relativamente ao mercado de valores mobiliários, no cômputo geral, o ano de 2016 registou uma boa performance, tendo em consideração as várias limitações macroeconómicas. Apesar de ter havido uma ligeira diminuição do número de títulos cotados (-2.5%), o volume global de Operações no mercado primário voltou a aumentar, em **9,2%** face ao período homólogo, atingindo o montante de **15.804.059.731\$00**. Destaque para as Emissões de Obrigações através de Oferta Particular (ASA, TACV e BAI) e Leilões de títulos do Tesouro. Seguindo a tendência dos anos anteriores, o mercado primário da Dívida Pública teve maior dinâmica pois, o volume de emissões ronda os 92% do volume global de Operações no mercado primário.

No que concerne às transações no mercado secundário, nota-se um aumento considerável de transações neste segmento, à ordem de 556,1% face ao período homólogo, mas, o segmento continua com pouca liquidez tendo em consideração a frequência de transações (44 no total).

No final de 2016, a capitalização bolsista situava em **67.783.635.796\$00**, uma variação positiva de 8,5% face ao período homólogo, o que representa cerca de **41,6% do PIB**.

Tabela 2 - Indicadores do Mercado títulos 2014/2016

Títulos Cotados	2014	2015	2016	Var 15/2016
Nº Empresas - Ações	4	4	4	0,0%
Nº Corporate Bond	18	14	15	7,1%
Nº Municipal Bond	2	2	2	0,0%
Nº Títulos do Tesouro (BT e OT)	223	216	209	-3,2%
total	247	236	230	-2,5%

Emissões/Transações/Capitz. Bolsista	2014	2015	2016	
Volume Emissões MP	12 877 704 117,00	14 470 746 245,73	15 804 059 731,23	9,2%
Volume Transações MS	406 444 859,00	210 620 450,00	1 381 792 500,00	556,1%
"Em bolsa"	92 822 843,00	210 620 450,00	81 816 500,00	-61,2%
"Fora de Bolsa"	313 622 016,00	0,00	1 299 976 000,00	
Nº de Transações no MS	78	75	44	-41,3%
Capitalz. Bol Global	59 147 427 914,00	62 466 172 229,00	67 783 635 796,00	8,5%
Capitalz. Seg Equity	7 391 417 350,00	7 524 695 000,00	7 108 031 900,00	-5,5%
Capitalz. Seg Corp Bond	12 222 195 564,00	10 744 862 229,00	10 050 528 896,00	-6,5%
Capitalz. Seg OT e BT	39 533 815 000,00	44 196 615 000,00	50 625 075 000,00	14,5%
Principais Indicadores	2014	2015	2016	
(%) Cap. Bol. Global / PIB	36,1%	38,3%	41,6%	8,5%
Turnover Ratio (%)	0,7%	0,3%	2,0%	504,6%
Var. Capt. Bolsista (efetiva)	7,2%	5,6%	8,5%	

(a) Fonte MFP

(b) TurnOver Ratio = Volume transacionado no MS / Capitalização Bolsista

Gráfico 1 – Evolução recente cotações Segmento Acionista

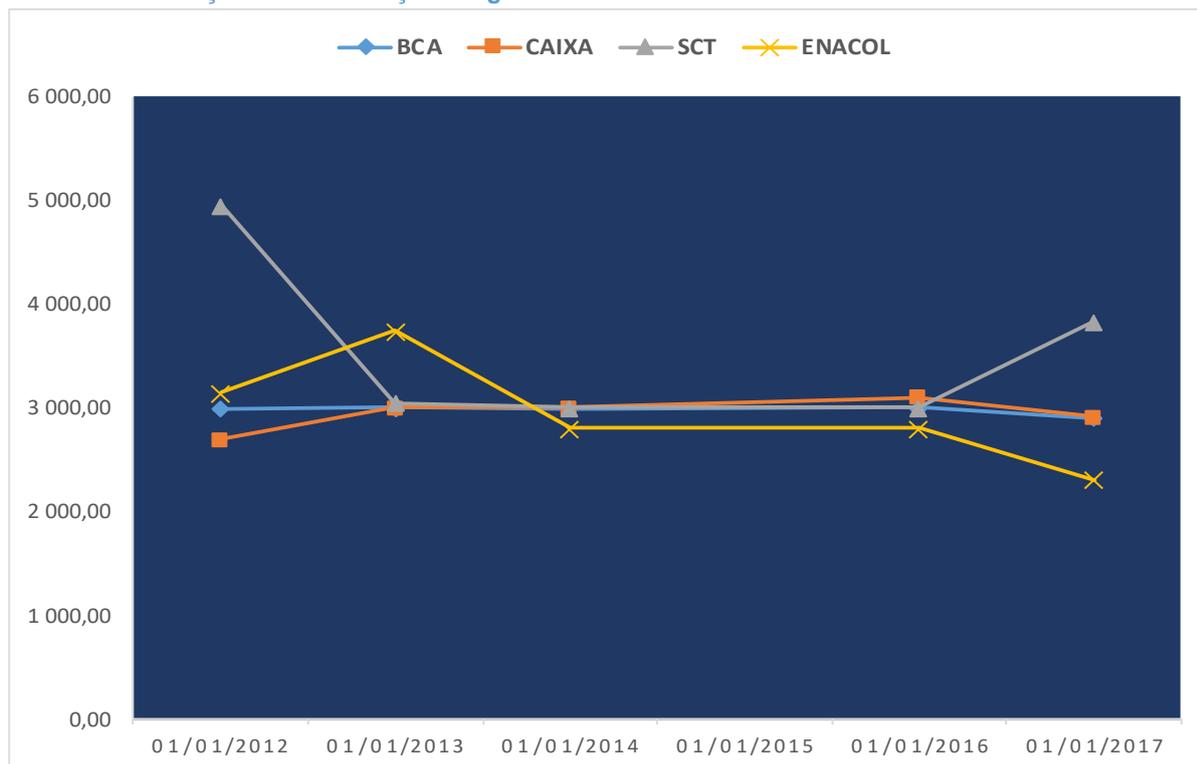


Tabela 3 - Evolução cotações Segmento Ações

TÍTULO	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	01/01/2016	01/01/2017	Var. 15/16
BCA	2 990,00	3 000,00	2 990,00	3 000,00	2 900,00	-3,01%
CAIXA	2 700,00	3 000,00	3 000,00	3 100,00	2 910,00	-3,00%
SCT	4 950,00	3 045,00	3 000,00	3 000,00	3 835,00	27,83%
ENACOL	3 150,00	3 740,00	2 800,00	2 800,00	2 310,00	-17,50%

3. ANÁLISE DA CONJUNTURA RECENTE

De acordo com os dados da *African Economic Outlook*, o turismo e o investimento estrangeiro ligado ao turismo, incluindo a construção, continuam a ser os principais motores do crescimento.

Na verdade, o crescimento económico acelerou para cerca de 3.6% em 2015 (de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013), devido ao retorno do investimento direto estrangeiro (IDE) – que cresceu 13% em 2014 – sobretudo no turismo. No entanto, a atividade económica está ainda aquém do seu potencial. Para além da eficiência do setor público, o crescimento de longo prazo de Cabo Verde depende do aumento da sua produtividade.

Quanto ao ano de 2016, os dados projetacionais apontam para uma recuperação da taxa de crescimento do PIB à volta de 4%, abaixo da taxa registada nos anos de *boom*, isto é, antes da crise financeira global. A situação orçamental melhorou ligeiramente em 2015 devido à contenção progressiva do programa de investimentos públicos (PIP), mas permaneceu vulnerável. O défice global do Orçamento caiu em 2015 para 4.5% (de 7.4% em 2014), e novamente em 2016 para 4%.

Outro desafio reside em definir as políticas adequadas com vista a responder à exigência de sustentabilidade da dívida e à necessidade de promover o crescimento económico. A dívida pública atingiu cerca 118% do PIB em 2015, contra 94.7% em 2013. Embora a dívida pública externa seja elevada (76.2% do total da dívida pública em 2015), continua a ser esmagadoramente concecional, e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país deve permanecer confortável no cumprimento das suas futuras obrigações da dívida.

4. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO PRIMÁRIO

4.1 Ofertas e Emissões Realizadas

4.1.1 Oferta Particular ASA, SA

A Oferta Particular de Obrigações consistiu na emissão de um **valor global máximo de 250.000.000\$00**, representativas da Série C, associadas a uma taxa de juro fixa de 5% ao ano com vencimento de 7 anos, emitida pela **EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, SA** e designadas **“OBRIGAÇÃO ASA C: TAXA FIXA 5 % 2016-2023”**.

A emissão que se destinou à reestruturação financeira e Cofinanciamento do Programa de Investimentos da Empresa, teve um preço de subscrição de 1000\$00 por Obrigação, isto é, igual ao Valor Nominal, sendo o pagamento efetuado integralmente no ato de subscrição. A Liquidação Física e Financeira ocorreu em Abril de 2016.

Tabela 4 - Resultados Oferta Particular Obrigações ASA

	PROCURA VÁLIDA	OFERTA	POR SUBSCREVER
PARTICIPANTES	2	Particular	0
QUANTIDADES	250.000	250.000	0
VALOR (CVE)	250.000.000,00	250.000.000,00	0

4.1.2 Oferta Particular TACV, SA

Após ter emitido em 2015 as Séries A e B, os **Transportes Aéreos de Cabo Verde - TACV, SA** lançou uma nova Oferta Particular de Obrigações **num valor global máximo de 450.000.000\$00**, representativas da Série C, nos montantes de 450.000.000\$00 cada, associadas a uma taxa de juro fixa de 6% ao ano e com vencimento de 15 anos, **designadas “Obrigações C 6% TACV 2016/2031”**.

O preço de subscrição das “Obrigações C 6% TACV 2016/2031” emitidos no âmbito da Oferta Privada foi de 1000\$00 por Obrigação, isto é, igual ao Valor Nominal, sendo o pagamento efetuado integralmente no ato de subscrição.

A Emissão tem como principal objetivo a execução do Plano de reestruturação operacional e financeira da Empresa, designadamente saneamento do passivo financeiro e não financeiro e liquidação física e Financeira ocorreu em outubro de 2016.

Tabela 5 - Resultados Oferta Particular Obrigações TACV

	PROCURA VÁLIDA	OFERTA	POR SUBSCREVER
PARTICIPANTES	4	Particular	0
QUANTIDADES	450.000	450.000	0
VALOR (CVE)	450.000.000,00	450.000.000,00	0

4.1.3 Oferta Particular BAI, SA

A Oferta Particular de Obrigações consistiu na emissão de um máximo **global de 500.000.000\$00**, constituída por duas Séries de Obrigações, fungíveis entre si. As duas séries de obrigações foram designadas de i) **“Obrigações Subordinadas BAI Série B (TCL - 1,5% | Floor: 4,25% Cap: 6%) 2022**, no montante de **346.756.000\$00”** e ii) **“Obrigações Subordinadas BAI Série C (TCL - 1,5% | Floor: 4,25% Cap: 6%) 2022**, no montante de **153.244.000\$00”** ambas associadas a uma taxa de juro VARIÁVEL com vencimento de 6 anos, emitidas pelo **BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS CABO VERDE S.A.**

O preço de subscrição das Obrigações emitidos no âmbito da Oferta Privada foi de 1000\$00 por Obrigação, isto é, igual ao Valor Nominal, sendo o pagamento efetuado integralmente no ato de subscrição.

A Emissão das Obrigações destinou-se ao Reforço dos fundos próprios complementares do Banco (Tier 2), tendo a data de Liquidação Física e Financeira ocorrido em Dezembro de 2016.

Tabela 6 - Resultados Oferta Particular Obrigações BAI CV, Série B

	PROCURA VÁLIDA	OFERTA	POR SUBSCREVER
PARTICIPANTES	19	Particular	0
QUANTIDADES	346.756	346.756	0
VALOR (CVE)	346.756.000,00	346.756.000,00	0

Tabela 7 - Resultados Oferta Particular Obrigações BAI CV, Série C

	PROCURA VÁLIDA	OFERTA	POR SUBSCREVER
PARTICIPANTES	1	Particular	0
QUANTIDADES	153.244	153.244	0
VALOR (CVE)	153.244.000,00	153.244.000,00	0

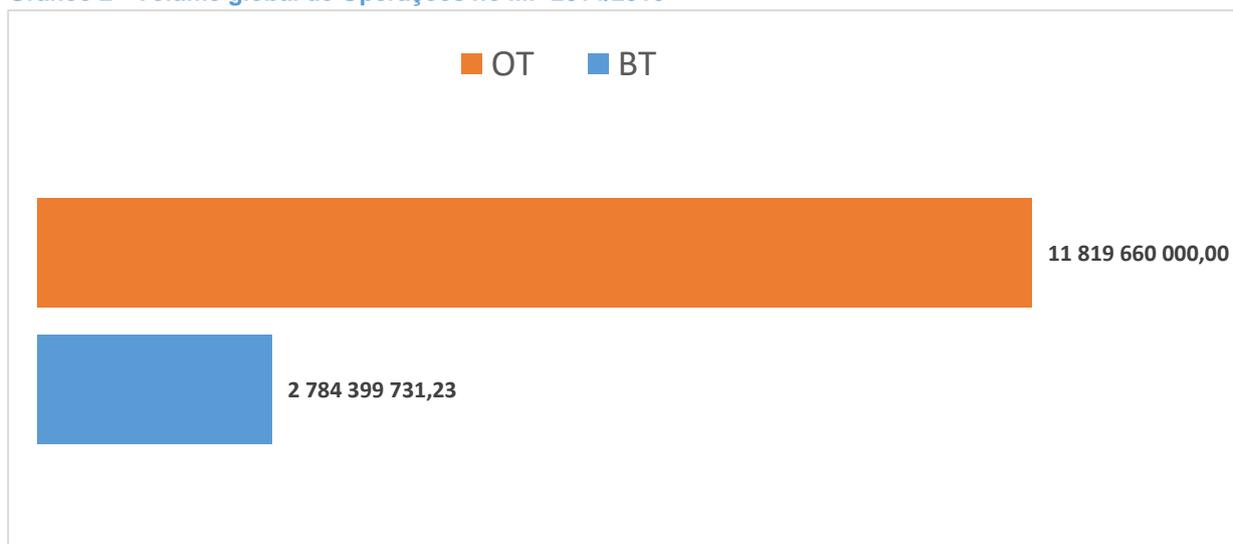
4.1.4 Leilões de Títulos do Tesouro

A Dívida Pública, pela sua dimensão e por representar a referência da remuneração do capital e de avaliação de todos os ativos na economia, desempenha um papel determinante para o eficiente funcionamento do mercado de capitais.

Considerando que os títulos do Estado constituem o investimento com menor risco em alternativa ao depósito bancário e a quaisquer outras opções oferecidas pelo mercado secundário, é considerado o produto financeiro de referência para os investidores mais conservadores.

Durante o ano de 2016, foram emitidos através de leilões, a preços uniformes e admitidos à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, 35 Títulos de Tesouro (8 Bilhetes do Tesouro e 27 Obrigações do Tesouro), num montante global de **14.604.059.731\$00**.

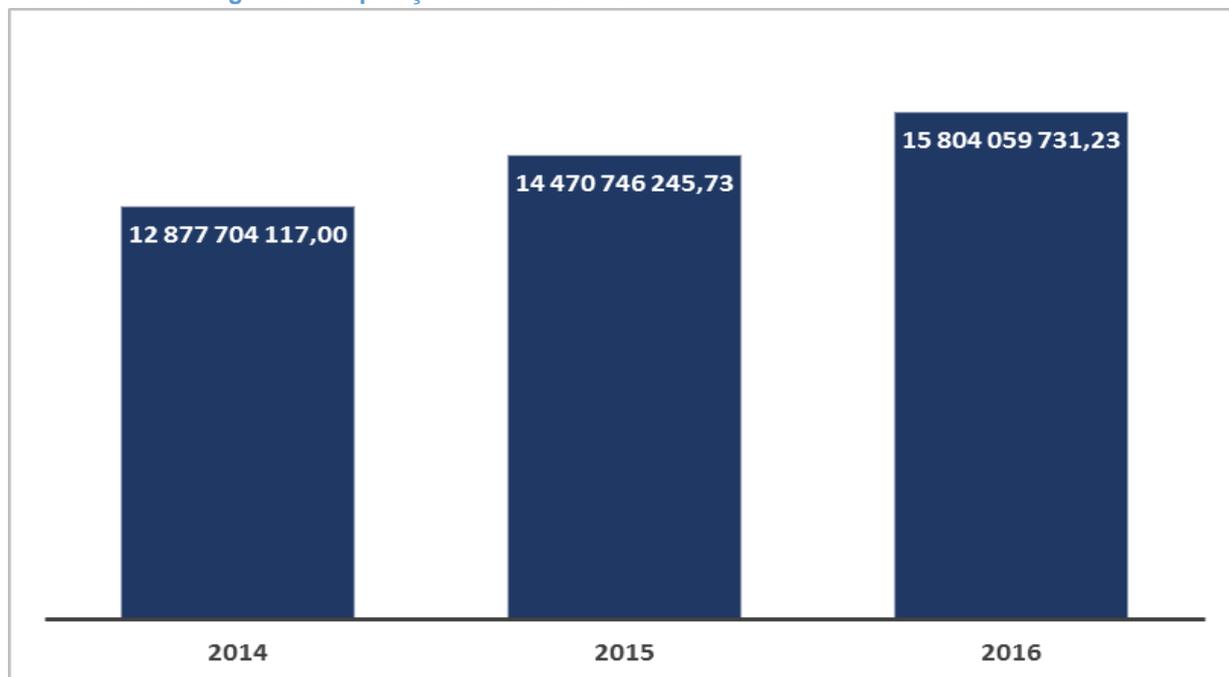
Gráfico 2 - Volume global de Operações no MP 2014/2016



4.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Primário

O mercado primário tem sido o maior destaque do mercado de capitais em Cabo Verde. Nos últimos 3 anos, foram mobilizados através do mercado primário da BVC, o montante de 43.152.510.094\$00, o que representa 26,5% do PIB atual do país. Só em 2016, o volume de emissões foi de 15.80.059.731\$00, uma variação positiva de 9,2% face ao período homólogo.

Gráfico 3 - Volume global de Operações no MP 2014/2016



Relativamente ao volume de Operações no MP por tipo de operação, para além do contínuo peso das Emissões do Tesouro no volume global em cerca de 92%, é de destacar a Oferta Particular de 4 series de Obrigações *Corporate* no montante global de 1.200.000.000\$00, representando 7,6% do volume global do mercado.

Tabela 8 - Volume Operações no MP por tipo de Operação 2014/2016

tipo de Operação	2014	2015	2016	Peso 16
Colocação Privada - Listed	200 000 000,00		0,00	0,0%
Colocação Privada - Unlisted	19 170 000,00	1 950 000 000,00	1 200 000 000,00	7,6%
Emissões do Tesouro	11 658 534 117,00	12 056 550 341,73	14 604 059 731,23	92,4%
Ofertas Públicas de Subs.	1 000 000 000,00	0,00	0,00	0,0%
Ofertas Públicas de Venda	0,00	464 195 904,00	0,00	0,0%
Total Geral	12 877 704 117,00	14 470 746 245,73	15 804 059 731,23	100%
Variação global	34,1%	12,4%	9,2%	

Quanto às colocações por tipo de título, as Obrigações do Tesouro, enquanto instrumento de longo prazo, representaram cerca de 75% do total das colocações.

Tabela 9 - Volume Operações no MP por tipo de título 2014/2016

Tipo título	2014	2015	2016	Peso 16
OD	1 200 000 000,00	1 950 000 000,00	1 200 000 000,00	7,6%
BT	4 104 334 117,00	1 959 830 341,73	2 784 399 731,23	17,6%
Ações	19 170 000,00	464 195 904,00	0,00	0,0%
OT	7 554 200 000,00	10 096 720 000,00	11 819 660 000,00	74,8%
Total Geral	12 877 704 117,00	14 470 746 245,73	15 804 059 731,23	100,0%
Variação	34,1%	12,4%	9,2%	

Relativamente às colocações no Mercado Primário (MP) por Instituição (Operadores de Bolsa e Instituições autorizadas a participarem no MP dos Títulos do Tesouro), o INPS, a CAIXA, o BCA e o BAICV foram as instituições mais ativas durante 2016.

Tabela 10 - Volume Operações no MP por Instituição 2014/2016

Instituição	2014	2015	2016	Peso 16
BAI CV	1 766 580 271,00	1 395 718 864,00	2 947 957 099,05	18,7%
BCA	4 163 706 032,00	2 296 369 009,94	2 510 709 510,26	15,9%
BCN	205 523 000,00	260 977 150,39	423 812 798,24	2,7%
BIA	1 748 998 286,00	724 914 610,32	1 498 994 719,00	9,5%
CAIXA	4 231 331 909,00	4 192 260 221,53	3 752 824 785,40	23,7%
ECOBANK	116 111 000,00	185 606 000,00	161 532 000,00	1,0%
INPS	595 776 000,00	5 202 322 807,35	4 508 228 819,28	28,5%
NOVO BANCO	49 677 619,00	212 577 582,20	0	0,0%
Total Geral	12 877 704 117,00	14 470 746 245,73	15 804 059 731,23	100%
Variação global	34,1%	12,4%	9,2%	

No que respeita ao volume de novas operações por emitente, o TESOURO de Cabo Verde continua a destacar-se pelo número de emissões de Títulos de tesouro levadas a cabo, uma média de 2,9 por mês, representando 92,4% do volume global emitido em 2016. Igualmente destacam as entidades como a ASA, osTACV e o BAICV (todas através de Oferta Particular de Obrigações) que juntas mobilizaram 1.200.000.000\$00 durante o ano de 2016.

Tabela 11 - Volume Operações no MP por Emitente 2014/2016

Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
ASA, SA	0,00	0,00	250 000 000,00	1,6%
BAI CV, SA	0,00	0,00	500 000 000,00	3,2%
BCA, SA	0,00	464 195 904,00	0,00	0,0%
ECOBANK, SA	200 000 000,00	0,00	0,00	0,0%
EMPROFAC, SA	0,00	150 000 000,00	0,00	0,0%
GARANTIA, SA	19 170 000,00	0,00	0,00	0,0%
TESOURO CV	11 658 534 117,00	12 056 550 341,73	14 604 059 731,23	92,4%
IFH, SA	1 000 000 000,00	850 000 000,00	0,00	0,0%
INPHARMA, SA	0,00	0,00	0,00	0,0%
TACV, SA	0,00	0,00	450 000 000,00	2,8%
TACV,SA	0,00	950 000 000,00	0,00	0,0%
Total Geral	12 877 704 117,00	14 470 746 245,73	15 804 059 731,23	100%
Variação global	34,1%	12,4%	9,2%	

5. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO SECUNDÁRIO

5.1 Atividades realizadas no mercado secundário

As atividades neste mercado decorreram normalmente relativamente aos processos de trabalho vigentes e tal como exigido pelo regulamento do mercado, muito embora, a dinâmica e o volume de operações em bolsa não tenham tido grande destaque, oscilando ao longo do ano e reforçando a urgência que representa o desenvolvimento desse mercado em específico, além de, claro, exigir um serviço/sistema de negociação mais acessível, que traduza numa maior liquidez.

Assim, o mercado secundário continua a ser o principal desafio para a BVC. Maior engajamento e aumento de Operadores de Bolsa, redução de custos para os operadores de bolsa, novos canais de acesso ao mercado e promoção de melhores estratégias de comunicação com investidores e literacia financeira são alguns dos desafios que possam viabilizar uma maior dinâmica do mercado.

No que diz respeito à informação ao mercado, além dos meios neste momento utilizados, como atendimento telefónico e presencial, também tem sido adotadas outros meios, como **SITE BVC**, **FACEBOOK BVC**, **SITE BANCO INTERATLANTICO**, **JORNAL ASEMANA**, **o site da African Securities Exchanges Association (ASEA)** através de estatísticas mensal, para dinamização e difusão de informações referentes ao performance do mercado, nomeadamente, sobre as empresas e títulos cotados, cotações, data de pagamento dos juros, volume de transações, entre outros

Resumidamente foram efetivadas entre outras atividades:

- ✓ Encontros com todos os Operadores de Bolsa (incluindo agencias) visando a melhoria na Prestação de Informação sobre títulos cotados aos Investidores;
- ✓ Encontros com a DGT, visando o Desenvolvimento de um Mercado secundário específico para os títulos da Dívida Publica;
- ✓ Conclusão das negociações visando a contratação de um Serviço para o Desenvolvimento de Novos Canais de Acesso à Bolsa
- ✓ Elaboração de Propostas ao Governo a Admissão à Cotação em Bolsa dos Fundos Públicos Autónomos;

5.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Secundário

No Mercado Secundário (MS), contrariamente ao ano anterior, em 2016 as transações registaram um aumento considerável, tendo o volume de transações atingido o montante de **1.381.792.500\$00**, resultado de transações em bolsa e transações fora de bolsa, gerando um acréscimo de mais 550% face ao ano transato.

No entanto, é de notar que do volume global transacionado, cerca de 94% tem a ver com transações de títulos em mercado fora de bolsa e autorizadas pela AGMVM.

Gráfico 4 - Volume global de transações em Mercado Secundário 2014/2016

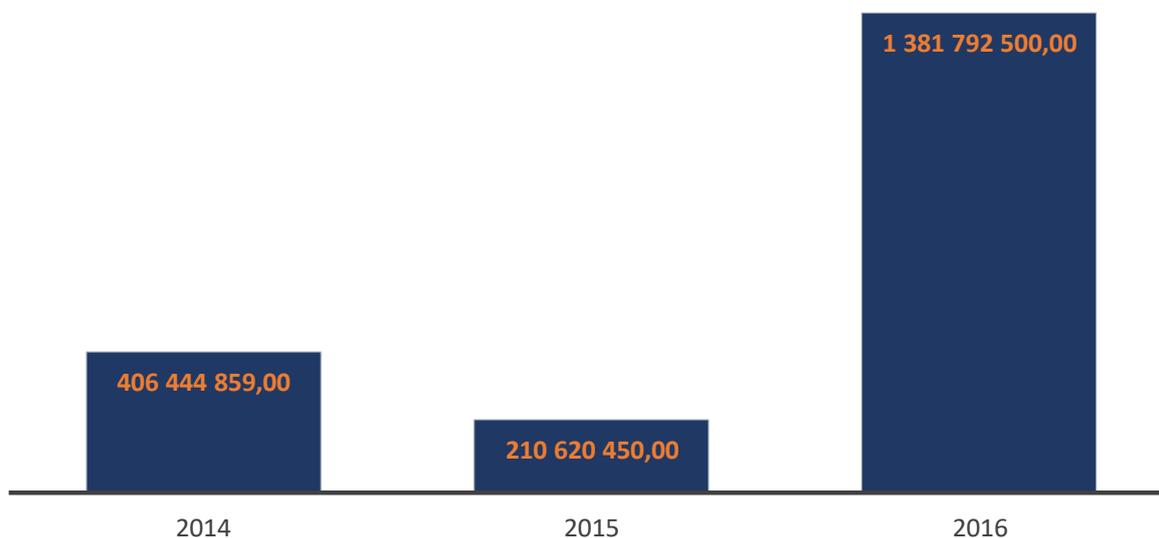
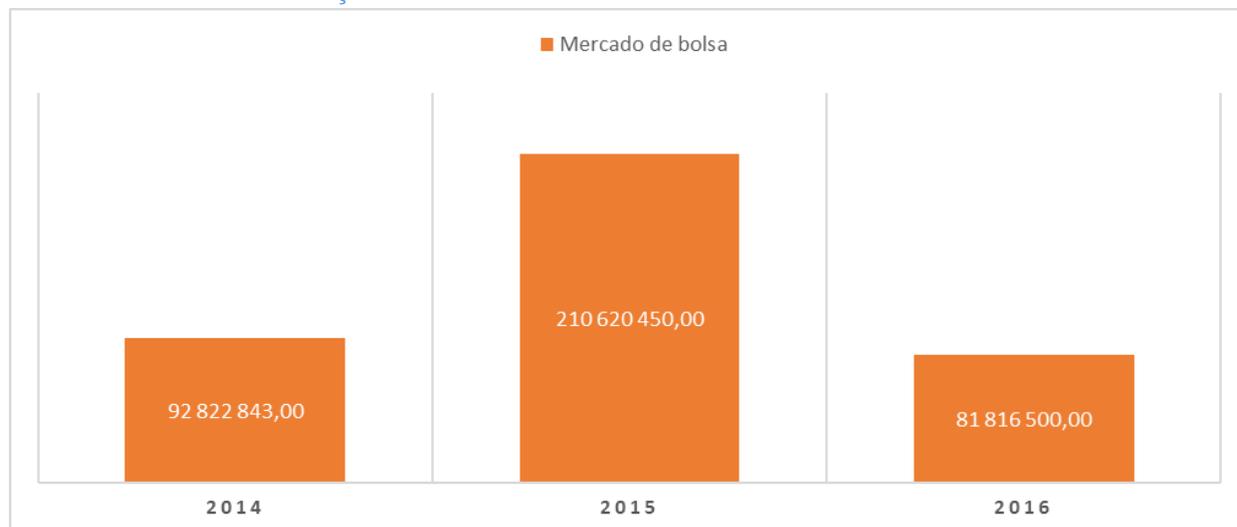


Gráfico 5 - Volume de transações em Mercado de Bolsa 2014/2016



No que tange ao volume de transações no mercado secundário, por tipo de título, em 2016, destacam-se as transações no segmento acionista que representam cerca de 97% do volume global de transações.

Tabela 12 - Volume transações por tipo de título 2014/2016

Tipo Títulos	2014	2015	2016	Peso 16
Obrigações Diversas	39 739 118,00	69 319 000,00	19 881 000,00	1%
Ações	336 705 741,00	141 301 450,00	1 346 911 500,00	97%
Obrigações Tesouro	30 000 000,00		15 000 000,00	1%
TOTAL	406 444 859,00	210 620 450,00	1 381 792 500,00	100%
Variação global	283,7%	-48,2%	556,1%	

Relativamente ao volume de transações por Instrumento, o destaque vai para o aumento do volume de transações das Ações da ENACOL no valor global de 1.327.900.870\$00. De notar ainda transações nos segmentos Obrigacionistas quer a nível de Obrigações Corporate quer a nível de Obrigações do Tesouro.

Tabela 13 - Volume transações por título 2014/2016

Bond	39 739 118,00	69 319 000,00	19 881 000,00	1,4%
O ASAB TCL+0.25%	250 000,00	10 300 000,00	5 000 000,00	
O IFHA 2014				
OB BAI CV 5.9%			6 000 000,00	
Obr IFHB: TBA + 2,9%, Floor de 6,5% 2015				
Obrig A 6.5% ECV			2 300 000,00	
Obrig CVFF 2019	11 085 000,00	5 000,00	540 000,00	
OBRIG LIIA 7% 2019			1 396 000,00	
Obrig. BI 6% 2013			1 345 000,00	
Obrig. BI 6.5% 2018	20 645 000,00	57 895 000,00		
OBRIG. D TEC IMOB	2 550 000,00			
Obrig. Laboratórios Inpharma	1 900 000,00			
Obrigaçao SOGEI 2017	2 066 568,00	180 000,00		
Obrigaçao T.IND 7.5%				
OBRIGAÇÕES BCA 2017	1 242 550,00	939 000,00		
Obrigações Serie A - ECOBANK			3 300 000,00	
Ações	336 705 741,00	141 301 450,00	1 346 911 500,00	97,5%
Banco C. Atlântico	318 369 016,00	110 289 610,00	1 864 700,00	
C.E. de Cabo Verde	7 971 000,00	29 707 390,00	7 721 020,00	
CVGarante			800 000,00	
ENACOL	10 278 275,00	1 304 450,00	1 327 900 870,00	
Soc. C.V. de Tabacos	87 450,00		8 624 910,00	
OT	30 000 000,00		15 000 000,00	1,1%
OT 5,1250% 09JUL2016	30 000 000,00			
OT 5.875% 02JUL2018			15 000 000,00	
Total Geral	406 444 859,00	210 620 450,00	1 381 792 500,00	100,0%

Relativamente ao volume de transações no MS por Banco operador, em 2016, o BCA foi o Operador com maior volume de transações, tendo no final do ano, atingido um volume de 1.321.659.250\$00, representando cerca de 96% do volume global após uma variação de 556% face ao período homólogo.

Tabela 14 - Volume transações (Compras) por Operador de bolsa 2014/2016

Compras por Operador	2014	2015	2016	Peso 16
BAI CV	2 799 340,00		8 600 000,00	0,6%
BCA	324 507 384,00	12 397 800,00	1 321 659 250,00	95,6%
BCN	4 002 030,00	134 750,00	7 791 160,00	0,6%
BIA	27 357 805,00	58 218 500,00	33 716 290,00	2,4%
CAIXA	47 778 300,00	139 869 400,00	10 025 800,00	0,7%
TOTAL	406 444 859,00	210 620 450,00	1 381 792 500,00	100%
Variação global	283,7%	-48,2%	556,1%	

Um outro indicador que realça a performance dos Operadores de Bolsa, é o número de operações de Compra efetuadas durante o ano. Conforme pode-se constatar na tabela infra, em 2016, o BIA foi o operador mais ativo, tendo executado 36% do total das ordens no mercado, mas verificou-se maior equilíbrio com relação ao ano anterior.

De frisar ainda que a frequência de transações caiu consideravelmente em cerca de 41% face ao período homólogo.

Tabela 15 - Número de transações de Compra Operador de bolsa 2014/2016

Num. Transações de Compra por Operador	2014	2015	2016	Peso 16
BAI	5		3	7%
BCA	28	13	11	25%
BCN	5	1	2	5%
BIA	24	8	16	36%
CECV	16	53	12	27%
TOTAL	78	75	44	100%
Variação global	41,8%	-3,8%	-41,3%	

6. OPERAÇÕES DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE EVENTOS CORPORATIVOS

No âmbito das suas funções de entidade gestora dos Sistemas Centralizados de Registo de Valores Mobiliários e de Liquidação, cabe à Bolsa, a atualização dos registos e coordenação de eventos corporativos (pagamentos, processamento de juros, dividendos e amortizações) do mercado de capitais Cabo-Verdiano.

6.1. Principais atividades desenvolvidas

Na concretização de seu objeto, enquanto Entidade Gestora do Sistema Centralizado de Custódia e de Liquidação de Valores Mobiliários escriturais registados na Central, compete-lhe assegurar a criação e a manutenção dos meios e condições operacionais necessários ao seu adequado funcionamento, assegurar a manutenção da regularidade de funcionamento do sistema e a proteção dos interesses dos investidores.

A nível da Custódia, o objetivo central é garantir a boa gestão dos títulos desmaterializados e admitidos à cotação, assegurando a integridade dos ativos sob sua guarda e atualizando os registos decorrentes das movimentações corridos com os títulos (transferências, transmissão de titularidade, amortizações, entre outros).

Com esse intuito, de um modo geral, ao longo do ano, foram feitas atualizações dos registos (transferências e transmissão de títulos) e coordenação de eventos corporativos (acompanhamento do calendário de processamento e pagamento de juros, e amortizações), divulgação de informações ao mercado, através da elaboração dos boletins de bolsa, a respeito da vida societária das entidades emitentes, visando a proteção dos investidores e acompanhamento do cumprimento das obrigações das emitentes, contribuindo para o pleno funcionamento do mercado. Coordenar a realização das operações e dar apoio técnico necessário às Entidades Emitentes, Operadores de Bolsa e demais entidades participativas.

Resumidamente foram efetivadas:

- ✓ Registo no SIFOX PORTAL das Desmaterializações de Títulos;
- ✓ Atualização e acompanhar do calendário de Pagamento de Juros
- ✓ Reconciliação de títulos junto da base de dados da CLC e dos Operadores.
- ✓ Execução o processo de pagamento de Juros;
- ✓ Execução o processo de Pagamento de Amortizações;
- ✓ Execução os Processo de pagamento dos dividendos;
- ✓ Execução o Processamento de Transferência e Transmissão de titularidade;

6.2 Análise dos Eventos Corporativos

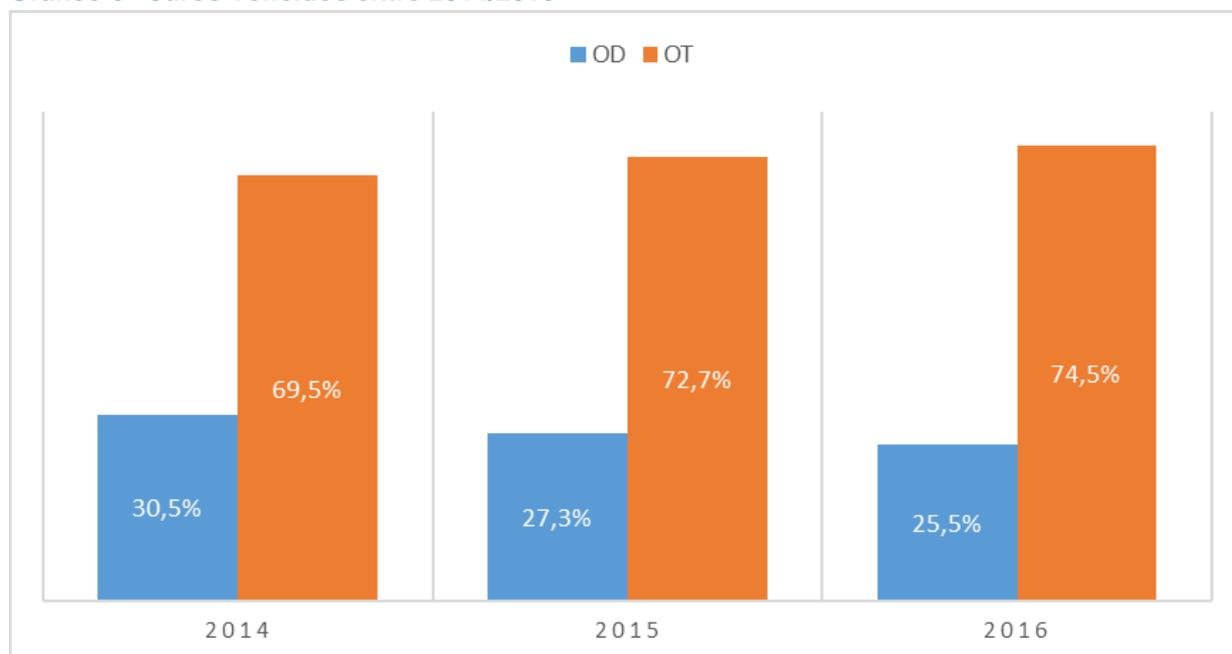
6.2.1 Juros Vencidos

O montante dos juros vencidos em 2016 foi de **3.281.419.259\$00**, apresentando um aumento de 7,7% face a 2015, repartidos entre os segmentos de Obrigações Diversas (com 25%) e Obrigações do Tesouro (com 75%). De realçar ainda que, nem todos os Juros vencidos no segmento Obrigações Diversas foram efetivamente liquidados durante o ano, conforme a Tabela 15.

Tabela 16 - Montante de Juros Vencidos por tipo de título 2014/2016

Tipo Título	2014	2015	2016	Peso 16
OD	862 457 479,60	832 469 117,52	835 321 958,45	25%
OT	1 967 438 484,05	2 213 974 611,04	2 446 097 300,89	75%
TOTAL	2 829 895 963,65	3 046 443 728,55	3 281 419 259,33	100%
Varição global		7,7%	7,7%	

Gráfico 6 - Juros Vencidos entre 2014/2016



De acordo com a tabela infra, o Tesouro de Cabo Verde continua sendo a emitente com maior participação, com operações sobre Obrigações e Bilhetes do Tesouro, representando 74,5% do montante dos juros vencidos, seguido da ELECTRA, S.A. (7%), CVFF, SA (4,6%) e IFH, SA (3,6%).

Tabela 17 - Montante de Juros Vencidos por Emitente 2014/2016

Juros Vencidos por Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
ASA	37 125 000,00	30 937 500,00	29 875 000,00	0,9%
BAI	59 000 000,00	14 750 000,00	14 750 000,00	0,4%
B. INTERATLANTICO	30 937 500,00	31 875 000,00	31 875 000,00	1,0%
BCA	21 937 500,00	19 500 000,00	10 500 000,00	0,3%
CVFF	112 500 000,00	131 250 000,00	150 000 000,00	4,6%
ECOBANK	5 812 500,00	19 875 000,00	13 250 000,00	0,4%
ELECTRA	274 659 850,39	245 187 157,71	230 562 213,66	7,0%
EMPROFAC	0	0	7 500 000,00	0,2%
TESOURO CV	1 967 438 484,05	2 213 974 611,04	2 446 097 300,89	74,5%
IFH	66 280 875,00	82 875 000,00	116 675 000,00	3,6%
INPHARMA	0	0	2 450 000,00	0,1%
LAB. INPHARMA	8 050 000,00	8 400 000,00	2 800 000,00	0,1%
MUN. PRAIA	27 285 114,38	24 451 875,00	22 899 375,00	0,7%
MUN. SAL	11 423 089,84	9 889 999,80	8 969 999,76	0,3%
SOGEI	64 000 000,00	64 000 000,00	64 000 000,00	2,0%
TACV	0	30 875 000,00	60 206 250,03	1,8%
TECNIC. IMOBILIÁRIA	137 821 050,00	118 602 585,00	69 009 120,00	2,1%
TECNICIL INDÚSTRIA	5 625 000,00	0	0	0,0%
TOTAL	2 829 895 963,65	3 046 443 728,55	3 281 419 259,33	100,0%
Varição global		7,7%	7,7%	

Conforme a tabela 18, no que respeita à média geral das taxas de juros nominal por emitente (o custo médio das emissões cotadas em Bolsa), houve uma diminuição de 1,7% face ao ano transato, **situando-se em 6,61% em 2016 e 6,72% em 2015.**

O destaque vai para as emitentes com custo nominal superior à média geral designadamente a CVFF, a TECNICIL IMOBILIÁRIA e Laboratórios INPHARMA. Por sua vez o TESOURO de Cabo Verde teve o menor custo nominal comparativamente à média geral, seguido pela ASA, BAI CV, ELECTRA entre outras.

Tabela 18 - Taxa de juro nominal médio por Emitente 2014/2016

Taxa Nominal média	2014	2015	2016	Peso 16
ASA	8,25%	6,88%	6,17%	93%
BAI	5,90%	5,90%	5,90%	89%
B. INTERATLANTICO	6,19%	6,38%	6,38%	97%
BCA	5,85%	6,00%	6,00%	91%
CVFF	7,50%	8,75%	10,00%	151%
ECOBANK	6,75%	6,75%	6,75%	102%
ELECTRA	6,17%	5,74%	5,81%	88%
EMPROFAC			5,00%	76%
TESOURO CV	5,72%	5,75%	5,57%	84%
IFH	6,50%	6,32%	6,41%	97%
LAB. INPHARMA	7,00%	7,00%	7,00%	106%
MUN. PRAIA	7,24%	6,90%	6,90%	104%
MUN. SAL	7,29%	6,90%	6,90%	104%
SOGEI	6,40%	6,40%	6,40%	97%
TACV		6,50%	6,50%	98%
TECN. IMOBILIÁRIA	9,19%	8,64%	8,00%	121%
TECNICIL INDÚSTRIA	7,50%			
Média Geral	6,90%	6,72%	6,61%	
Variação global		-2,6%	-1,7%	

Do montante de juros vencidos em 2016, ficou por ser liquidado o montante de **249.096.680\$00** estando em mora as seguintes emitentes: CVFF com 49,7%, SOGEI, S.A. com 25,7% e TECNICIL IMOBILIÁRIA, S.A. com 24,6% do montante global por pagar no segmento de obrigações diversas, uma situação que tem sido recorrente nos últimos anos.

Tabela 19 - Relação juros vencidos e Por pagar Emitente em entre 2014/2016

Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
CVFF	74 527 500,00	113 094 624,00	123 737 880,00	49,7%
SOGEI	64 000 000,00	64 000 000,00	64 000 000,00	25,7%
TECN. IMOBILIÁRIA	128 542 404,00	58 274 750,00	61 358 800,00	24,6%
total Geral	267 069 904,00	235 369 374,00	249 096 680,00	100%
		-11,9%	5,8%	

De salientar que das empresas em Incumprimento, a Tecnicil Imobiliária, S.A., em sede de Assembleia Geral de Obrigacionistas, acordou com os Obrigacionistas Institucionais a Amortização do empréstimo, com incorporação dos juros vencidos e por pagar através de dação em Pagamento, pelo que, estes acordos serão reconhecidos na data de maturidade das Obrigações (Série D) em causa, prevista para Março de 2017.

6.2.2 Dividendos

No segmento acionista, todas as emitentes efetuaram o pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2015, no montante de global de 790.522.043\$00, pelas Ações *free float* seguindo a tendência do ano transato. Assim, a variação global de dividendos disponibilizados de 2015 para 2016 foi de 99,6%.

Tabela 20 - Montante dividendos pagos por Emitente 2014/2016

Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
BCA	0,00	44 872 471,00	55 666 043,00	7%
CAIXA	0,00	167 040 000,00	139 200 000,00	18%
ENACOL	0,00	129 688 227,00	541 131 000,00	68%
SCT	54 525 000,00	54 525 000,00	54 525 000,00	7%
TOTAL	54 525 000,00	396 125 698,00	790 522 043,00	100%
Variação global	-89,2%	626,5%	99,6%	

A nível do valor unitário de dividendos pagos, o destaque vai para a SCT e ENACOL, conforme consta na tabela 17, sendo que a ENACOL distribuiu os dividendos por duas vezes durante o ano de 2016, em que o dividendo extraordinário foi de 407\$ por cada Ação.

Tabela 21 - Valor unitário dividendos pagos por Emitente 2014/2016

Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
BCA	0,00	56,11	69,60	21%
CAIXA	0,00	120,00	100,00	30%
ENA	0,00	129,73	541,13	162%
SCT	625,00	625,00	625,00	187%
Média	156,25	232,71	333,93	400%
Variação global	-55,0%	48,9%	43,5%	

6.2.3 Amortizações

O montante total das amortizações atingiu os 9.084.472.666\$00, sendo que, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro, representam, conjuntamente, 86,7% do montante total no ano de 2016, isto após uma variação positiva de 22% face ao período homologado.

O segmento de Obrigações Diversas (*Corporate Bond e Municipal Bond*) registou o menor montante de processamentos, totalizando 1.204.166.666\$67, representando 13,3% no montante global.

Tabela 22 - Montante Amortizações Vencidas por tipo de título 2014/2016

Tipo de Título	2014	2015	2016	Peso 16
BT	4 316 900 000,00	2 165 300 000,00	2 789 106 000,00	30,7%
OD	1 475 833 334,00	1 235 833 334,00	1 204 166 666,67	13,3%
OT	2 435 010 000,00	4 043 000 000,00	5 091 200 000,00	56,0%
total Geral	8 227 743 334,00	7 444 133 334,00	9 084 472 666,67	100%
Varição global	225,4%	-9,5%	22,0%	

Gráfico 7 - Montante de Amortizações Vencidos 2014/2016

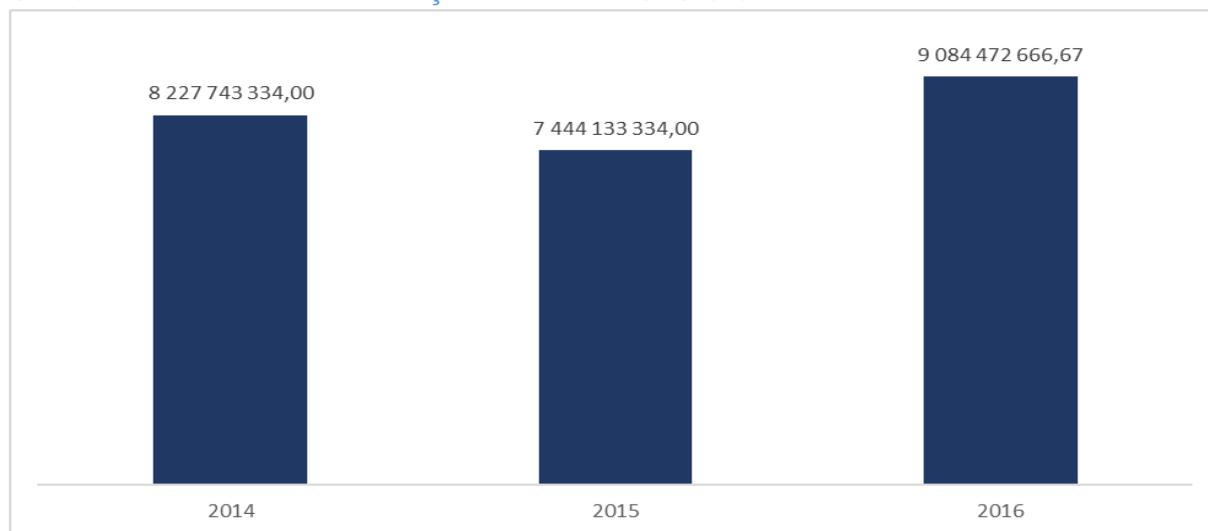


Tabela 23 - Montante Amortizações Vencidas por Emitente 2014/2016

Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
ASA	0,00	0,00	450 000 000,00	5,0%
BAICV	750 000 000,00	0,00	250 000 000,00	2,8%
BANCO INTERATLANTICO	0,00	0,00	0,00	0,0%
BCA	100 000 000,00	100 000 000,00	100 000 000,00	1,1%
CVFF	0,00	0,00	0,00	0,0%
ELECTRA	0,00	0,00	0,00	0,0%
EMPROFAC	0,00	0,00	16 666 666,67	0,2%
TESOURO CV	6 751 910 000,00	6 208 300 000,00	8 180 306 000,00	90,0%
IFH	420 000 000,00	330 000 000,00	0,00	0,0%
LAB.INPHARMA	20 000 000,00	20 000 000,00	20 000 000,00	0,2%
MUN. PRAIA	22 500 000,00	22 500 000,00	22 500 000,00	0,2%
MUN. SAL	13 333 334,00	13 333 334,00	13 333 334,00	0,1%
SOGEI	0,00	0,00	0,00	0,0%
TACV	0,00	0,00	31 666 666,00	0,3%
TECNICIL IMOBILIÁRIA	0,00	750 000 000,00	0,00	0,0%
TECNICIL INDÚSTRIA	150 000 000,00	0,00	0,00	0,0%
total Geral	8 227 743 334,00	7 444 133 334,00	9 084 472 666,67	100%
Varição global	225,4%	-9,5%	22,0%	

7. OUTRAS OPERAÇÕES: TRANSFERÊNCIAS E CODIFICAÇÃO ISIN

7.1 Transferências processadas

Relativamente às transferências efetuadas em 2016, conforme se pode constatar na tabela 24, para o **segmento acionista**, a quantidade total transferida foi de 1.048 ações e todas no regime de transferências **sem** mudança de titularidade.

De notar ainda transferências de Obrigações Diversas (14.645.000\$00) e Obrigações do Tesouro (4.000.000\$00), igualmente, todas no regime de transferências **sem** mudança de titularidade.

Tabela 24 - Volume de transferências de ações por tipo de título 2014/2016

	2014	2015	2016
Equity	6 258	4 272	2 096
Trf. c/M.Tit. a Cre.	2 496	313	
Trf. c/M.Tit. a Deb.	2 496	313	
Trf. s/M.Tit. a Cre.	633	1 823	1 048
Trf. s/M.Tit. a Deb.	633	1 823	1 048
OD	24 480 000,00	43 728 000,00	29 290 000,00
Trf. c/M.Tit. a Cre.		6 129 000,00	
Trf. c/M.Tit. a Deb.		6 129 000,00	
Trf. s/M.Tit. a Cre.	12 240 000,00	15 735 000,00	14 645 000,00
Trf. s/M.Tit. a Deb.	12 240 000,00	15 735 000,00	14 645 000,00
OT			8 000 000
Trf. s/M.Tit. a Cre.			4 000 000,00
Trf. s/M.Tit. a Deb.			4 000 000,00
Total Geral	24 486 258,00	43 732 272,00	37 292 096,00

7.2 Codificação ISIN

No que concerne à atribuição do Código ISIN (*International Securities Identification Number*), de realçar que a BVC atribui os códigos de acordo com as normas internacionais, definidas pela ANNA (*Association of National Numbering Agencies*), associação na qual a BVC faz parte integrante.

Em termos globais, foram atribuídos, durante o ano de 2016, 39 códigos, onde 35 correspondem às Emissões de Títulos do Tesouro, 4 às Ofertas Particulares de Obrigações *Corporate*.

Tabela 25 - Número de títulos codificados por Emitente 2014/2016

Emitente	2014	2015	2016	Peso 16
ASA, SA	0	0	1	3%
BAI	0	0	2	5%
ECOBANK CABO VERDE, S.A.	2	0	0	0%
ELECTRA, SA	0	0	0	0%
EMPROFAC	0	1	0	0%
ESTADO	34	32	35	90%
GARANTIA	1	0	0	0%
IFH	0	3	0	0%
Imobiliária Fundiária e Habitat, S.A	1	0	0	0%
INPHARMA	0	0	0	0%
TACV	0	2	1	3%
TE. IMOBILIÁRIA	0		0	0%
total Geral	38	38	39	100%
Varição global	-81,6%	0,0%	2,6%	

Tabela 26 - Número de títulos codificados por Emitente 2014/2016

Tipo Título	2014	2015	2016	Peso 16
BT	11	6	8	20,5%
Equity	0	0	0	0,0%
OD	3	6	4	10,3%
OT	23	26	27	69,2%
total Geral	37	38	39	100%
Varição global	-82,1%	2,7%	2,6%	

8. FORMAÇÃO

No ano 2016, na linha do que executamos no ano 2015, em parceria com a Escola de Gestão da Universidade do Minho realizou-se um importante curso “Elaboração, Avaliação e Gestão de Projetos de Investimentos em ativos Reais”. Igualmente desenvolvemos mais uma importante ação de formação em “Sistemas de Gestão da Qualidade ISO 9001”, além da formação SIFOXPORTAL & DEAL ministrados por técnicos da Finantech deslocados à Cabo Verde. Em todas as ações realizadas foram atingidos os objetivos esperados, expectando a realização de outras edições tanto na cidade da Praia como em Mindelo.

Também ao longo do ano materializamos mais uma vez o projeto RONDA NACIONAL DE FORMAÇÕES/PALESTRAS SOBRE MERCADO DE CAPITALIS, entre de março e abril, em parceria com as universidades, tendo como principal público alvo os estudantes, mas também empresas, profissionais liberais, operadores do mercado, emigrantes, etc., pelo que os resultados alcançados foram de 17 sessões traduzidas em 190 horas de palestras realizadas, com a participação total de 577 formandos.

Tabela 27 - Número de Participantes nas Formações Realizadas Por Ilha /região

Ilha/Região	2014	2015	2016	Peso 16
Boavista	45			0%
S. Vicente - Mindelo	672	131		0%
Sal	41			0%
Santiago Norte	656	85		0%
Santiago Sul - Praia	890	797	577	100%
total Geral	2 304	1 013	577	100%
Variação global		-56,0%	-43,0%	

Tabela 28 - Número de Horas de Formação Realizadas Por Ilha /região

Ilha/Região	2014	2015	2016	Peso 16
Boavista	3	0	0	0%
S. Vicente - Mindelo	23,5	8	0	0%
Sal	3	0	0	0%
Santiago Norte	26	5,5	0	0%
Santiago Sul - Praia	82,5	52	190	33%
total Geral	138	66	190	33%
Variação global		-52,5%	190,1%	

Tabela 29 - Número de Sessões Realizadas Por Ilha /região

Ilha/Região	2014	2015	2016	Peso 16
Boavista	2	0	0	0%
S. Vicente - Mindelo	14	5	0	0%
Sal	2	0	0	0%
Santiago Norte	13	3	0	0%
Santiago Sul - Praia	20	17	17	3%
total Geral	51	25	17	3%
Variação global		-51,0%	-32,0%	

9. MARKETING E COMUNICAÇÃO

O departamento de Comunicação e Marketing da BVC, tem dado respostas positivas ao seu objetivo e a capacidade de continuar a trabalhar em prol da credibilidade institucional.

A Comunicação e Marketing Institucional têm sido um dos grandes focos, ao longo do ano 2016, disponibilizando tempo e dedicação para a implementação das atividades previstas no plano de atividades. Os principais objetivos estão relacionados com a Imagem Institucional, nomeadamente, posicionar como uma entidade reconhecida pelo mercado, com uma imagem sólida, que transmite confiança e ao mesmo tempo, inovação com segurança.

Das atividades desenvolvidas, destacam-se a organização do Encontro WACMIC, participação na FIC, *refresh* da imagem externa e receção da Bolsa, promoção da BVC nas redes sociais, produção de spot gráficos sobre os produtos disponibilizados pelo Mercado, produção de cadernos sobre os serviços prestados pela BVC, suporte ao Departamento de Formação na produção de materiais formativos e informativos.

Embora que todas as atividades previstas não foram realizadas, os colaboradores do Departamento de Comunicação e Marketing estiveram sempre em sintonia nas decisões tomadas.

10. JURÍDICO E REGULAMENTAÇÃO

Este departamento, no que respeita às atividades previstas no Plano de Atividades, ficou aquém das expectativas. Esta questão deverá ser avaliada pois, em muito se deve à carga de responsabilidades/atividades a cargo do responsável. No entanto, alguns trabalhos previstos para essa área, para além das atividades diárias, foram desenvolvidos, nomeadamente:

- **Atualização de Regulamento do Controlo de Acesso e assiduidade**, face à implementação do novo sistema biométrico - foi apresentada a proposta de alteração ao Regulamento de Controlo de Acesso e Assiduidade da BVC, em função do novo sistema biométrico implementado.
- **Apresentação de 1º Draft para Atualização de Circulares da BVC** - Operadores de Bolsa, Custódia e Liquidação de Valores Mobiliários (Nova Circular para Sistema Centralizado e outro para Liquidação). Pretende-se ter uma versão final o quanto antes, para aprovação.
- **Regulamento Custos de Mercado** - Foram identificados alguns normativos dentro do Regulamento de Custos que deverão ser alterados ou adequados à nossa realidade, mas, não foram feitas propostas alternativas.

11. DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Um dos principais pontos ou objetivos deste departamento é a manutenção do Certificado de Qualidade Iso 9001:2015, apostando na melhoria contínua de todos os processos operacionais da Bolsa, prestando cada vez mais um melhor serviço aos seus clientes e parceiros. Para tal, tem sido feito um acompanhamento detalhado do nosso Sistema de Gestão, identificando, ponto a ponto, todas as áreas que necessitam de tratamento, bem como, garantir que vêm sendo cumpridos todos os requisitos da norma e os processos detalhados. Na sequência e conforme previsto no Plano de Atividades da BVC para 2016, foram desencadeadas as seguintes ações:

MELHORIA CONTINUA - SIGQRH

- Relativamente à melhoria contínua do nosso SIGQRH, foi essencialmente focado na preparação para a 1ª Auditoria de Acompanhamento feito pela APCER, onde foi feito um acompanhamento “a pente fino” de todos os procedimentos que estão relacionados com o Sistema e, na sequência, também, foram desencadeadas várias ações, no sentido de atualização de Procedimentos detalhados _ LFFLeiloes, LFFEventos, Trading e LFF Pós-Trading. Os processos foram revistos e foram acrescentados outros procedimentos necessários, com vista à melhoria das descrições destes processos;
- Realização da Auditoria de Acompanhamento pela APCER, cujo resultado foi bastante satisfatório;
- Desenvolvimento do Plano de Ação, face aos resultados de Auditoria e envio do mesmo à entidade Certificadora, conforme prevista na Norma Iso 9001/2008;

Ainda dentro deste departamento, na parte relacionada com a Gestão de Recursos Humanos, também foram desenvolvidas uma série de atividades, conforme previsto no Plano de 2016. O plano prevê uma série de ações para esta área, sendo que, um dos objetivos essenciais é dotar

os Técnicos da BVC das capacidades e competências profissionais necessárias para o melhor desempenho das suas atividades.

PLANEAMENTO DE RH - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INTERNAS

- Aprovação e implementação de um Plano de Desenvolvimento de competências internas;
- Realização de algumas **sessões de formação**, com destaque para a formação em **GESTÃO DE CONFLITOS E COMUNICAÇÃO ASSERTIVA** - ação de formação teve como principais objetivos, dotar os formandos de técnicas de comunicação e de resolução de conflitos, com vista ao fomento de uma boa relação interpessoal e ao desenvolvimento do trabalho em equipa; **COMUNICAÇÃO INTERNA COM IMPACTO NA COMUNICAÇÃO EXTERNA** - ação de formação teve como principais objetivos, garantir as boas relações dentro da empresa, bem como, informar e motivar os colaboradores, manter o fluxo na comunicação organizacional, criar um ambiente positivo e fortalecer laços nas relações hierárquicas, e por fim, projetar uma boa imagem da empresa aos diversos públicos externos; **LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS** – teve como principais objetivos, construir a confiança e criar influência com os outros, definir os objetivos da equipa e identificar as “funções-chave”, criar um alinhamento estratégico entre o trabalho da equipa e os objetivos da organização, elaborar um plano de ação focado nos resultados, entre outros.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

- Definição Perfil Técnico Superior. Criar uma equipa com um número de técnicos suficientes para dar resposta às atividades e projetos da BVC, bem assim, dar oportunidade aos técnicos de desenvolverem e aperfeiçoarem as suas capacidades e conhecimentos na área pela qual estão diretamente adstritas. O próximo passo seria a aprovação do perfil e definir método de recrutamento (concurso publico, contratação de empresa, etc) que não foi possível em 2016.

ATUALIZAÇÃO SISTEMA BIOMÉTRICO - INTEGRAÇÃO RH NO SISTEMA PRIMAVERA

- Biométrico – Permitir um maior controlo de acesso e assiduidade dos colaboradores, num formato mais automatizado, bem como, permitir a integração de dados de outras áreas ligadas ao RH, também com o objetivo de se controlar tudo de forma mais informatizada, facilitando assim esses processos. Neste momento já está implementado.

12. INFORMÁTICA

De realçar durante o ano 2016, para à área de informática, a instalação de um Novo Sistema de Relógio Biométrico INUXTIME, no sentido de garantir um melhor controlo sobre assiduidade dos colaboradores e acesso as instalações. Mas também foram adquiridos 4 novos CPU, para substituição por avaria, sobrecarga de dados e anos de utilização, dos que estavam no posto de trabalho de alguns colaboradores. Com isso foi concluído o projeto de atualização de todos os servidores ao serviço dos colaboradores, iniciado em 2015.

Por fim, procedeu-se a aquisição de um dispositivo de *Wifi Extender* para área de serviço open com isso aumentando a capacidade de rede e comunicação, e preparamos para avançar com a implementação do SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL EASY-DOC-FLOW.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Embora com menor valor monetário, no ano de 2016 foi dado alguns apoios simbólicos no valor global de 59.476\$ com destaque apoios de época natalícia a duas escolas de ensino básico do interior da Ilha (Ribeirão Manuel, Santa Catarina e Ribeira Grande de Santiago).

14. CONTAS E INDICADORES FINANCEIROS

As demonstrações financeiras que se seguem representam o panorama da situação económico-financeira da Bolsa de Valores de Cabo Verde ao longo do exercício do ano de 2016, bem como, os resultados operacionais da mesma para o referido ano.

14.1 Situação Patrimonial e Investimentos

14.1.1 Situação Patrimonial

De um modo geral e comparativamente ao exercício do ano de 2015, a situação económica e financeira da instituição permanece positiva, estável e com tendência a melhorias. A evolução dos elementos do Balanço Patrimonial segue a tendência dos anos anteriores, onde o Imobilizado Bruto (Ativo Bruto + Ativo em curso) apresentou um ligeiro aumento de 1,8% em relação ao período homólogo. De notar ainda um crescimento de 22.4% nos Capitais Próprios, atingindo um valor de 104.634.000\$, mais do dobro do Capital inicial da empresa.

Tabela 30 - Situação Patrimonial 2014/2016

Descrição	2014	2015	2016	Var. 15/16
Ativo (bruto + ativo em curso)	155 228 167,00	187 599 000,00	190 996 000,00	1,8%
Capital Social	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	0,0%
Capitais Próprios	65 328 540,70	85 490 000,00	104 634 000,00	22,4%
Resultado Líquido por Ação	287,90	504,76	509,06	0,9%

14.1.2. Principais investimentos

O orçamento para 2016 previa um total de 29.726.500 a realizar-se em investimentos para ativos fixos tangíveis e intangíveis. Entretanto, devido ao adiamento de alguns Projetos por causa das Negociações em curso com os *Stakeholders*, o total efetivamente realizado no ano foi de apenas 3.396.854\$00, sendo que, desse montante, 1.196.854\$00 foi destinado a aquisição de equipamentos administrativos e 2.200.000\$ para aquisição de viatura institucional.

Quanto aos ativos intangíveis, além da aquisição do Software de Gestão Documental (Easydoc) no montante de 582.477\$00, não foi feito nenhum novo investimento.

14.2 Análise da Situação Económica e financeira

O crescimento da autonomia e da rentabilidade financeira institucional é visível, apesar do cenário macroeconómico atual desfavorável, a BVC vem apresentando consecutivos resultados líquidos positivos, demonstrando uma boa performance do mercado de capitais, fruto de uma boa gestão e de muito trabalho coletivo.

No final de 2016, a capitalização bolsista situava em 67.783.635.796\$00, uma variação positiva de 8,5% face ao período homólogo, o que representa cerca de 41,6% do PIB.

14.2.1 Situação Económica

Para os indicadores da performance económica, no geral, a tendência continua a ser positiva, salvo ligeira queda em algumas rubricas, tendo apresentado para 2016 um aumento de 1,8% no volume de vendas, sendo composto maioritariamente pelas receitas provenientes dos serviços de custódia mensal e manutenção anual, seguido pela taxa de manutenção na cotação e Operações de Bolsa.

A redução de 5,8% na EBITDA reflete uma ligeira baixa na capacidade da BVC em gerar recursos através de suas atividades operacionais e lucro no final do exercício económico face ao período homólogo, tendo em consideração que houve um ligeiro aumento de custos estruturantes como Custo com o pessoal em 5.1% (devido a ajustamentos a nível de reconhecimento de vencimento em Férias e outros custos de pessoal), e de FST em 1,4%.

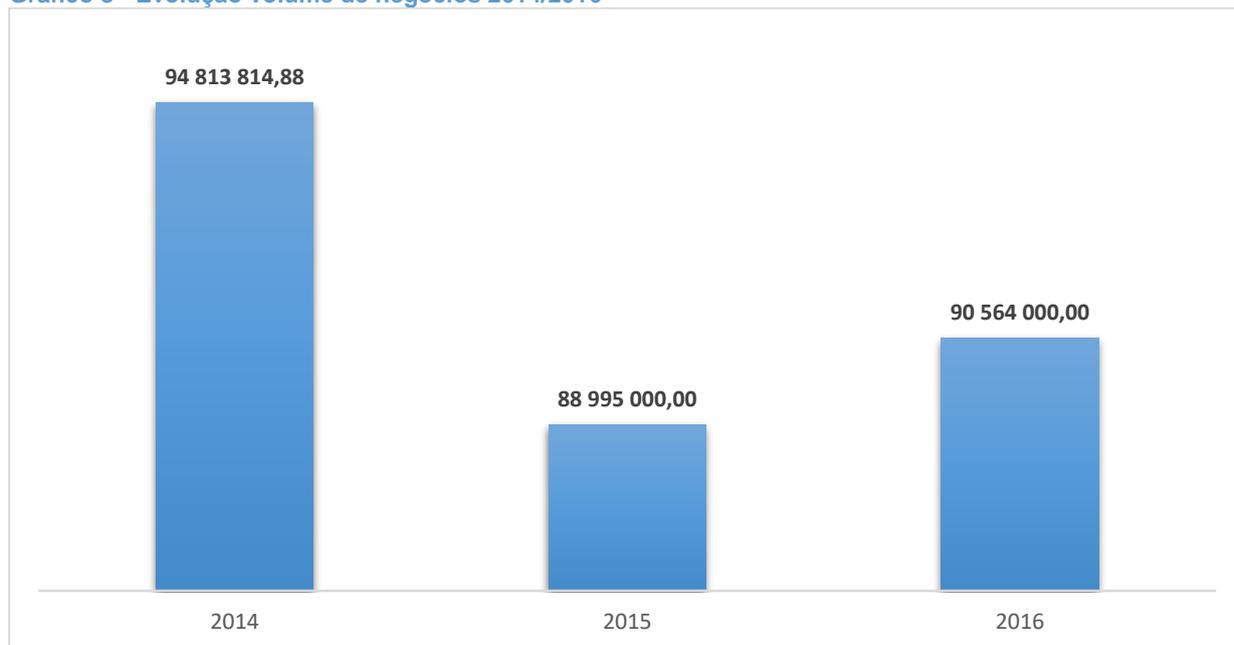
A ligeira quebra em algumas rubricas conduziu a um ligeiro aumento dos Resultado antes do Imposto na ordem dos 1,5% face ao exercício de 2015.

Tabela 31 - Situação Económica 2014/2016

Descrição	2014	2015	2016	Var. 15/16
Volume de Negócios	94 813 814,88	88 995 000,00	90 564 000,00	1,8%
FST	27 301 234,09	26 923 000,00	27 294 000,00	1,4%
Custo c/ Pessoal	23 497 120,00	24 437 000,00	25 684 000,00	5,1%
EBITDA	29 732 608,32	50 583 000,00	47 639 000,00	-5,8%
Resultado antes do Imposto	21 763 953,82	31 716 000,00	32 177 000,00	1,5%

O gráfico abaixo ilustra a performance do volume de negócios que totalizou 90.564.000\$00 em 2016, tendo variado positivamente 1,8% face ao exercício do ano anterior.

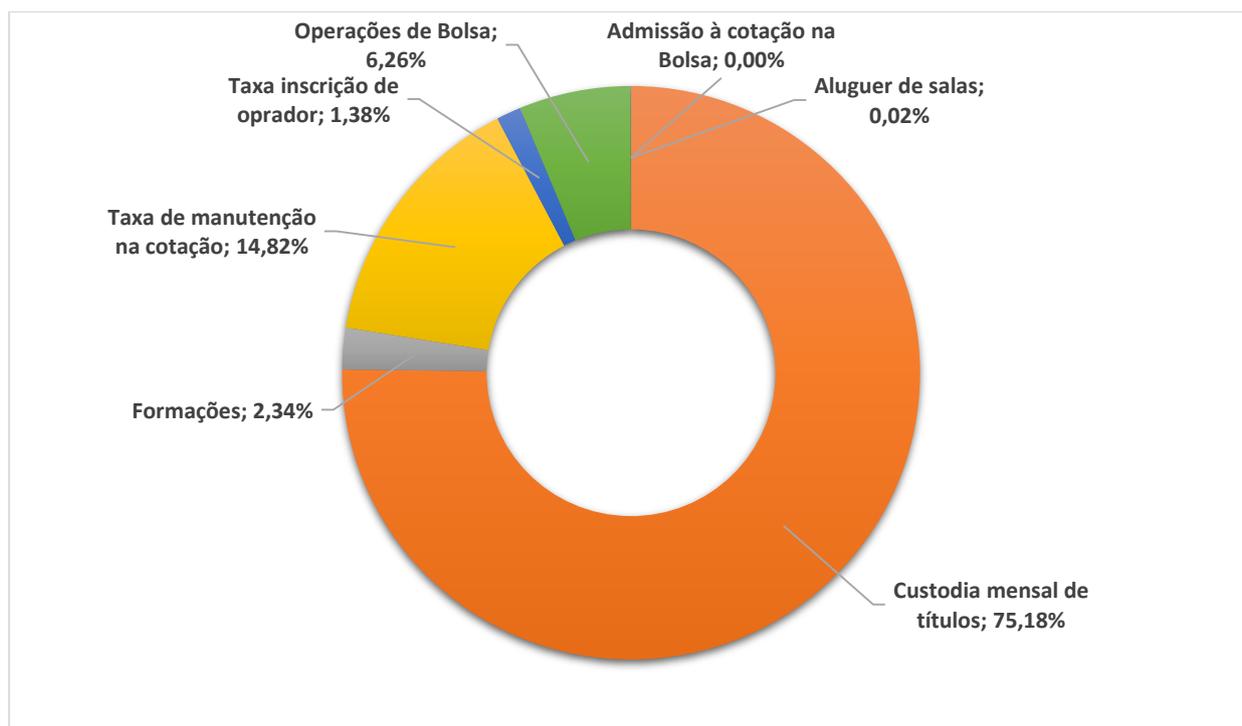
Gráfico 8 - Evolução volume de negócios 2014/2016



O volume global de Operações no mercado primário voltou a aumentar, em 9,2 % face ao período homólogo, atingindo o montante de 15.804.059.731\$00, com destaque para as Emissões de Obrigações através de Oferta Particular (ASA, TACV e BAI) e Leilões de títulos do Tesouro. Seguindo a tendência dos anos anteriores, o mercado primário da Dívida pública teve maior dinâmica pois, o volume de emissões atingiu os 92% do volume global de Operações no mercado primário.

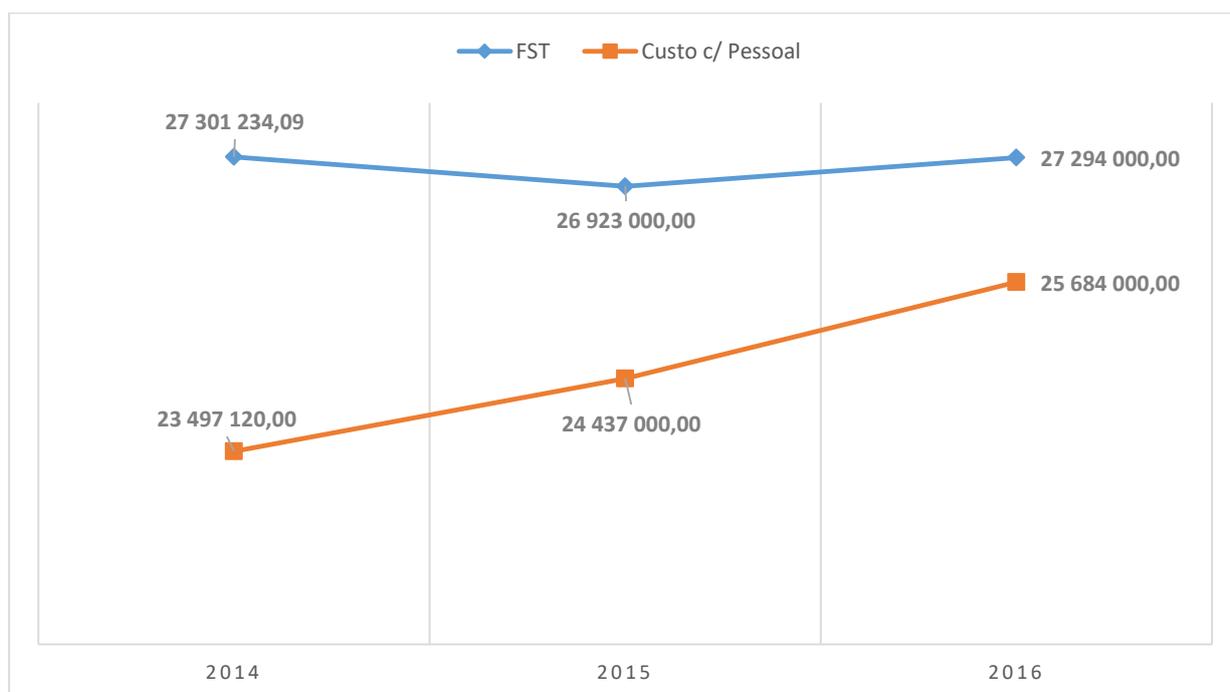
No que concerne às transações no mercado secundário, nota-se um aumento considerável de transações neste segmento à ordem de 556,1% face ao período homólogo, mas o segmento continua com pouca liquidez tendo em consideração a frequência de transações (44 no total). Persiste ainda a necessidade da dinamização do mercado Secundário.

Gráfico 9 – Fontes de receitas obtidas em 2016



Conforme previsto no orçamento, a custódia mensal e a manutenção anual nas cotações continuam a ser as principais fontes de receita com uma participação de 75,18% e 14,82% no total, respetivamente. As receitas provenientes das operações de Bolsa apresentaram um aumento de 100,45% face ao período homólogo.

Gráfico 10 - Evolução dos principais custos 2014/2016



Relativamente aos principais custos, os FST aumentaram em 1,4% onde as rubricas predominantes foram, por ordem de representatividade no total: serviços informáticos, serviços especializados, Publicidade e Propaganda, honorários, custos de Eletricidade e com conservação e reparações.

14.2.2 Situação Financeira

A tabela a seguir expõe as principais rubricas do balanço que espelham a situação financeira em 2016.

A começar pelo ativo liquido total visualiza-se um aumento na ordem dos 12%; as Disponibilidades em 74,6%; o Ativo corrente em 5.1%; imobilizado liquido 20,4%, ao mesmo tempo que o passivo total e os exigíveis de curto prazo reduziram em 10,7% também, reforçando assim a capacidade da instituição em financiar as suas operações do dia-a-dia. Na sequência, destaca-se a rubrica de capitais próprios que apresentou um incremento substancial, face ao período homologado, atingindo os 22,4%.

Tabela 32 - Situação financeira 2014/2016

Descrição	2014	2015	2016	Var. 15/16
Ativo liquido Total	100 282 922,31	124 921 000,00	139 862 000,00	12,0%
Imobilizado Líquido / Ativo fixo	46 246 183,85	55 956 000,00	67 385 000,00	20,4%
Capitais Próprios	65 328 540,70	85 490 000,00	104 634 000,00	22,4%
Passivo Total	34 954 381,61	39 431 000,00	35 228 000,00	-10,7%
Exigível a Curto Prazo	34 954 381,61	39 431 000,00	35 228 000,00	-10,7%
Fornecedores e OCP (a)	9 914 113,11	4 548 000,00	6 453 000,00	41,9%
Clientes	39 914 641,15	46 141 000,00	41 832 000,00	-9,3%
Disponibilidades	13 537 438,31	16 573 000,00	28 937 000,00	74,6%
Ativo corrente	54 036 738,46	68 965 000,00	72 477 000,00	5,1%
Resultado Antes do Imposto	21 763 953,82	31 716 000,00	32 177 000,00	1,5%

a) Outras contas a pagar

15. INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO DE SOCIEDADE

As informações relativas ao Governo Societário encontram-se descritas no Relatório De Governo de Sociedade – 2016. Documento que faz parte integrante do presente Relatório.

16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A BVC gerou no exercício económico de 2016, findo em 31 de dezembro, um Resultado Líquido de Exercício no montante de **25.453.000\$00**.

Considerando o contexto atual do negócio o Conselho de Administração da BVC, nos termos legais e estatutários, propõe à Assembleia Geral dos Acionistas a seguinte aplicação dos resultados líquidos do exercício:

<i>Aplicação Resultados</i>	<i>%</i>	<i>Montante</i>
Constituição de reservas legais	5%	1 272 650,00
Investimentos	70%	17 817 100,00
Dividendos	25%	6 363 250,00
total	100%	25 453 000,00

17. ASSINATURAS

Assinam o presente Relatório, os membros do CA vinculados à Instituição à data do Balanço, isto é, a 31/12/2016.

Os Membros do Conselho de Administração:

Dr. Manuel Lima _____

(Presidente Conselho de Administração)

Dra. Elias Monteiro _____

(Administrador não Executivo)

Praia, 14 Julho de 2017

ANEXO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS



BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA FINANCEIRA

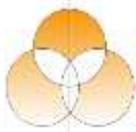
INDICE

1. Relatório do auditor independente

2. Anexos

2.1. Demonstrações financeiras auditadas

RELATÓRIO
DO
AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmos. Acionista e Conselho de Administração da
Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras da Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA ("BVC" ou "Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da BVC em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

Bases para a Opinião

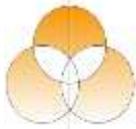
3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com as regras de Ética que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com essas regras. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

4. As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, não foram auditadas.

Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras

5. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.



6. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

7. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

8. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

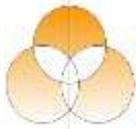
9. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

9.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

9.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

9.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

9.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

9.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

10. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 13 de Julho de 2017

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA
252481976

Sede: Achada Santo António

BALANÇO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E

1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RUBRICAS	Data de referência		
	31-12-2016		31-12-2015
	NOTA	VALORES	VALORES
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	03		
Terrenos e recursos naturais		5 125	-
Edifícios e outras construções		24 095	28 761
Equipamento de transporte		3 209	1 999
Equipamento administrativo		1 790	2 017
Outros activos fixos tangíveis		26	231
Propriedades de investimento			
Terrenos e recursos naturais		21 671	-
Activos intangíveis			
Programas de computador		11 469	22 948
total do activo não corrente		67 385	55 956
Activo corrente			
Clientes	04	41 832	46 141
Estado e outros entes publicos	10	709	5 852
Outras contas a-receber	05	291	171
Diferimentos	17	708	228
Caixa e depositos bancarios	06	28 937	16 573
Total do activo-corrente		72 477	68 965
Total do activo		139 862	124 921
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital proprio	07		
Capital realizado		50 000	50 000
Reservas legais		1 982	720
Outras reservas		6 477	6 477
Reservas para investimentos		17 667	-
Resultados transitados		3 055	3 055
Resultado liquido do periodo		25 453	25 238
Total do capital proprio		104 634	85 490
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	08	3 387	2 865
Estado e outros entes publicos	10	12 107	14 169
Accionistas/socios	11	6 310	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar	09	3 066	1 683
Diferimentos	17	10 358	20 714
Total do passivo corrente		35 228	39 431
Total do passivo		35 228	39 431
Total do capital próprio e do passivo		139 862	124 921

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E

1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO		
	NOTA	2016	2015
		VALORES	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	12	90 564	88 995
Resultado operacional bruto		90 564	88 995
Fornecimentos e serviços externos	13	(27 294)	(26 923)
Valor acrescentado bruto		63 270	62 072
Gastos com o pessoal	14	(25 684)	(24 437)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	04	(918)	3 772
Outros rendimentos e ganhos	04	19 326	12 218
Outros gastos e perdas	15	(8 355)	(3 042)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		47 639	50 583
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	03	(16 013)	(19 188)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		31 626	31 395
Juros e ganhos similares Obtidos		551	321
Resultado antes de Imposto		32 177	31 716
Imposto sobre o rendimento do período	16	(6 724)	(6 478)
Resultado líquido do período		25 453	25 238

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA
NIF: 252481976
Sede: Achada Santo António
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E
1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital próprio
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2013		50 000		36 651	(22 526)	12 015	76 140
ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO							
Resultado líquido do período						26 410	26 410
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis a respectivas variações				(36 651)			(36 651)
Ajustamentos por impostos diferidos							-
RESULTADO EXTENSIVO	2			-	-	26 410	(10 241)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO	3						
OUTRAS OPERAÇÕES	4						
Aplicação de resultados do ano anterior					12 015	(12 015)	-
					12 015	(12 015)	-
POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2013		50 000	-	-	(10 511)	26 410	65 899
POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2014		50 000	-	-	(10 511)	26 410	65 899
ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO							
Resultado líquido do período						14 394	14 394
Primeira adopção do novo referencial contabilístico							
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções do erros					(13 633)		(13 633)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
RESULTADO EXTENSIVO	2			-	(13 633)	14 394	761
OUTRAS OPERAÇÕES	4						
Aplicação de resultados do ano anterior					25 078	(26 410)	(1 332)
					25 078	(26 410)	(1 332)
POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2014		50 000	-	-	934	14 394	65 328
POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2015		50 000	-	-	934	14 394	65 328
ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO							
Resultado líquido do período						25 238	25 238
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
RESULTADO EXTENSIVO	2			-	-	25 238	25 238
OUTRAS OPERAÇÕES	4						
Aplicação de resultados do ano anterior			720	6 477	2 122	(14 395)	(5 076)
			720	6 477	2 122	(14 395)	(5 076)
POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2015		50 000	720	6 477	3 056	25 237	85 490
POSICOES NO INICIO DO PERIODO 2016		50 000	720	6 477	3 056	25 237	85 490
ALTERACOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERIODO							
Resultado líquido do período						25 453	25 453
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
RESULTADO EXTENSIVO	2			-	-	25 453	25 453
OUTRAS OPERAÇÕES	4						
Aplicação de resultados do ano anterior			1 262	17 667	-	(25 237)	(6 308)
			1 262	17 667	-	(25 237)	(6 308)
POSICÕES NO FIM DO PERIODO 2016		50 000	1 982	24 144	3 056	25 453	104 634

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E
1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2016	2015
	NOTA	VALORES	VALORES
Metodo Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		74 838	85 288
Pagamentos a fornecedores		(23 994)	(29 343)
Pagamentos ao pessoal		(23 252)	(23 027)
Caixa gerada pelas operações		27 592	32 918
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7 019)	(20 826)
Outros recebimentos/pagamentos		(5 094)	(1 229)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		15 479	10 863
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis		(3 397)	(1 271)
Activos intangíveis		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	320
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(3 397)	(951)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		282	321
Pagamentos respeitantes a			
Dividendos		-	(7 197)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		282	(6 876)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12 364	3 036
Efeito das direções de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		16 573	13 537
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		28 937	16 573

O Contabilista Certificado

A Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA
NIF Nº 252481976
Sede: Achada Santo António

ANEXO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2016 E 31/12/2016
(Valores expressos em milhares de Escudos – Mesc)

A Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 50.000.000,00 constituído por 50.000 Ações nominativos de 1.000,00 cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado, cujo principal objeto é a realização de operações sobre valores mobiliários. Tem o Número de Identificação Fiscal (NIF) 252481976 e está registada na Conservatória dos registos Comercial e Predial de Praia sob nº 2002/2006/03/21.

À luz dos seus Estatutos, constantes do Decreto-Lei nº 38/2014, a BVC, SA tem por objeto social gerir o mercado de bolsa e dos sistemas de negociação de valores mobiliários, gerir sistema centralizado de registo de valores mobiliário, gerir sistemas de liquidação de valores mobiliários e atuar como agência nacional de codificação, gerir sistema centralizado de registo de valores escriturais etc., podendo dedicar-se a também a outras atividades afins, conexas ou complementares relacionada com o seu Objeto Social.

A empresa pode, ainda, criar e manter departamentos, de carácter científico e técnicos, tornados necessários ou convenientes à melhor realização do objeto social.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consta dos diplomas que se seguem:

- Decreto-Lei nº5/2008 de 04 de Fevereiro de 2008 – Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF);
- Portaria n.º 49/2008 de 29 de Dezembro de 2009 – Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro;
- Despachos normativos n.º 1/2008 a 26/2008, publicados no B.O. n.º 48 – 3º Sup. de 29 de Dezembro de 2008 – Estrutura Conceptual do SNCRF (DN1), Apresentação das Demonstrações Financeiras (DN2), Fluxos de Caixa (DN3), Políticas Contabilísticas (DN4) e Diretrizes Específicas (DN5 a DN26).
- Lei nº 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIR-PC);
- Portaria nº42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Deprecimento, retificada no BO nº 52 de 28 de Agosto de 2015.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS, DERROGAÇÃO E COMPARABILIDADE

Em 2015, com a aprovação do CIR-PC ficam claras as regras aplicáveis às Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo (Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento) sujeitos a Deprecimento (Portaria nº42/2015, 24 de Agosto). As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações/ativos intangíveis e amortizações

a) Activos Fixos Tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

	2014 (a)	2015 (b)
Terrenos e recursos naturais	Vida útil ilimitada	Vida útil ilimitada
Edifícios e outras construções	4%	3%
Equipamento básico	16,66% - 20%	12,50%
Equipamento de transporte	12,5% - 20%	14,28%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 25%	12,5% - 33,33%
Outros ativos tangíveis	10% - 25%	14,28%

(a): Portaria n.º3/84 de 28 de Janeiro de 1984 - Regulamenta taxas de reintegrações e amortizações

(b): Portaria n.º42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Depreciação, retificada no BO n.º 52 de 28 de Agosto de 2015.

b) Activos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis compreendem programas de computador e projetos de desenvolvimento do novo website e plataforma de leilões.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

As taxas de amortização praticadas são de 33,33% para os programas de computador e 20% para os projetos de certificação.

c) Investimentos em curso

São mensurados ao custo de aquisição e transferidos para o ativo fixo tangível ou ativo intangível logo que disponíveis para utilização na atividade da sociedade.

1.2 Imparidade de Activos

Caso existam, os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os

gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente circunstâncias de eventual perda ou fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

Anualmente os inventários são determinados com base em contagens físicas efetuadas com referência a 31 de Dezembro, confirmativas do constante do Sistema de Inventário Permanente das existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo e de produtos acabados e intermédios. São igualmente inventariados os produtos e trabalhos em curso.

Os critérios valorimétricos dos inventários, adotados consistentemente ao longo dos exercícios, são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas de compra. O imposto de consumo entra para o cálculo do preço das mercadorias importadas.
- Produtos acabados e intermédios - valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos diretos e indiretos de transformação.
- Os produtos e trabalhos em curso são valorizados considerando os custos fabris diretos e indiretos correspondentes à fase de fabrico em que se encontram.

O custeio dos consumos é determinado segundo o método do Custo Médio Ponderado.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Escudos, utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2013, publicadas pelo Banco de Cabo Verde.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 4).

1.4 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 8).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.5 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.6 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais são reportáveis por um período por reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como ativo ou passivo não corrente.

1.7 Provisão para riscos e encargos

São constituídas provisões sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição razoavelmente estimável de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.8 Reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes das vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador ou o serviço contratado é prestado.

A quantia do rédito é o valor nominal de caixa ou seus equivalentes recebidos ou a receber. Não são acordados diferimentos do pagamento nem condições especiais de financiamento, ocorrendo o recebimento em prazos em que se mostra adequado o reconhecimento pelo valor nominal de cada transação.

1.9 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras e vendas ao estrangeiro. As vendas são essencialmente realizadas em Cabo Verde.

(ii) Risco da taxa de juro

As taxas de juro são as correntes e não foi utilizado qualquer derivado, por se entender não existir risco relevante.

(iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites e condições de crédito para os clientes, o risco de crédito é menor uma vez que boa parte das vendas para entidades públicas de Cabo Verde.

(iv) Risco de liquidez

Contudo, considerando os fluxos de caixa, não existe risco de liquidez previsto.

1.12 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

1.13 Especialização de exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

1.14 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.15 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente quanto aos eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer considerando o melhor conhecimento presente e a evolução prevista face às circunstâncias.

1.16 Derrogações

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNCRF.

1.17 Comparabilidade

As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNCRF. Os reconhecimentos foram consistentes.

NOTA 02 – FUXOS DE CAIXA

Recebimentos de clientes:

Os principais recebimentos da empresa advêm da venda de serviços de Custódia mensal de títulos, manutenção anual na cotação, inscrição anual de operadores de bolsa e operações sobre valores mobiliários, cobrados a um reduzido número de clientes com destaque para Bancos, Direção Geral do Tesouro, Electra, ENACOL, ASA, IFH, entre outros.

Outros recebimentos/pagamentos

Inclui pagamentos e vários, dos quais se destacam os que foram efetuados a despachantes, Instituto Nacional de Previdência Social, Electra, Cabo Verde Telecom, RTC, A Semana, Finantech etc.

Caixa e seus equivalentes

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em Mesc detalham como se segue:

	Caixa	Depósitos à ordem
Em 31-12-2015	46	16.527
Em 31-12-2016	23	28.914

A decomposição de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo em 31/12/2016 consta da nota 10 do presente anexo.

NOTA 03 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

03.1 – Activos Fixos Tangíveis (incluindo AFT em curso)

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTOS DE TRANSPORT E	EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2012							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	41 557	60	138 343
Depreciação acumulada	-	(28 761)	-	(6 232)	(40 979)	(33)	(76 005)
Valor escriturado	-	36 604	19 359	5 770	578	27	62 338
VARIAÇÕES EM 2013							
Valor líquido inicial	-	36 604	19 359	5 770	578	27	62 338
Aquisições	-	-	-	-	4 431	746	5 177
Depreciação do exercício	-	(2 615)	(19 359)	(1 374)	(1 522)	(193)	(25 063)
Valor líquido	-	33 989	-	4 396	3 487	580	42 452
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	45 988	806	143 520
Depreciação acumulada	-	(31 376)	(19 359)	(7 606)	(42 501)	(226)	(101 068)
Valor escriturado	-	33 989	-	4 396	3 487	580	42 452
VARIAÇÕES EM 2014							
Valor líquido inicial	-	33 989	-	4 396	3 487	580	42 452
Aquisições	-	-	-	-	168	47	215
Depreciação do exercício	-	(2 615)	-	(1 190)	(1 559)	(204)	(5 568)
Valor líquido	-	31 374	-	3 206	2 096	423	37 099
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	46 156	853	143 735
Depreciação acumulada	-	(33 991)	(19 359)	(8 796)	(44 060)	(430)	(106 636)
Valor escriturado	-	31 375	-	3 205	2 096	424	37 099
VARIAÇÕES EM 2015							
Valor líquido inicial	-	31 375	-	3 205	2 096	424	37 100
Aquisições	-	-	-	-	1 256	15	1 271
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(2 478)	-	-	(2 478)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	2 478	-	-	2 478
Depreciação do exercício	-	(2 615)	-	(1 205)	(1 335)	(206)	(5 361)
Valor líquido	-	28 760	-	2 000	2 017	233	33 010
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	9 524	47 412	868	142 528
Depreciação acumulada	-	(36 606)	(19 359)	(7 523)	(45 395)	(636)	(109 519)
Valor escriturado	-	28 760	-	2 000	2 017	233	33 009
VARIAÇÕES EM 2016							
Valor líquido inicial	-	28 760	-	2 000	2 017	233	33 010
Aquisições	-	-	-	2 200	1 197	-	3 397
Transferências	5 125	(5 125)	-	-	-	-	-
Abates-depreciação acumulada	-	2 871	-	-	(497)	-	2 374
Depreciação do exercício	-	(2 410)	-	(991)	(928)	(206)	(4 535)
Valor líquido	5 125	24 096	-	3 209	1 789	27	34 246
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Valor de aquisição ou reavaliado	5 125	60 240	19 359	11 724	48 609	868	145 925
Depreciação acumulada	-	(36 145)	(19 359)	(8 515)	(46 819)	(842)	(111 680)
Valor escriturado	5 125	24 095	-	3 209	1 790	26	34 245

03.2 – Activos Intangíveis (incluindo os A.I. em curso)

	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEI S	ACTIVOS INTANGÍVEI S EM CURSO	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2013			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 226	-	11 226
Depreciação acumulada	(5 660)	-	(5 660)
Valor escriturado	5 566	-	5 566
VARIAÇÕES EM 2014			
Valor líquido inicial	5 566	-	5 566
Aquisições	268	5 948	6 216
Depreciação do exercício	(2 636)	-	(2 636)
Valor líquido	3 198	5 948	9 146
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 494	5 948	17 442
Depreciação acumulada	(8 296)	-	(8 296)
Valor escriturado	3 198	5 948	9 146
VARIAÇÕES EM 2015			
Valor líquido inicial	3 198	5 948	9 146
Aquisições	31 069	-	31 069
Investimentos em curso	-	-	-
Transferências	-	(5 948)	(5 948)
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	2 508	-	2 508
Depreciação do exercício	(13 827)	-	(13 827)
Valor líquido	22 948	-	22 948
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	(22 123)	-	(22 123)
Valor escriturado	22 948	-	22 948
VARIAÇÕES EM 2016			
Valor líquido inicial	22 948	-	22 948
Depreciação do exercício	(11 479)	-	(11 479)
Valor líquido	11 469	-	11 469
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	(33 602)	-	(33 602)
Valor escriturado	11 469	-	11 469

O valor de 33.577 contos corresponde a participação de DGT e AGMVM para desenvolvimento do sistema de liquidação alojado no site de Bolsa de Valores de Cabo Verde e numa plataforma de leilões no ano 2015.

NOTA 04 – CLIENTES

O saldo da rubrica clientes no montante de 41.832 contos corresponde a dívidas a receber respeitantes a diversas vendas a crédito. Decompunha-se como se segue:

	mESC	
	2016	2015
Clientes conta corrente		
Banco Comercial do Atlântico	-	-
Banco Caberdiano de Negocio	-	-
Enacol	9 630	9 455
Banco Interatlântico	-	-
Electra	-	4 697
Asa - Aeroporto e Segurança Aerea	-	-
Tecnicil Imobiliária	61	25 518
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	10 647	7 647
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	26 361	23 063
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	926	1 175
Direcção Geral do Tesouro	31 457	10 021
Outros	822	1 719
	79 904	83 295
Menos:		
Perdas Por Imparidades		
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	23 512	23 063
Tecnicil Imobiliária	6	-
Enacol	6 069	6 069
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	375	375
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	8 003	7 647
Técnico Industria	6	-
Adei	41	-
Banco de Cultura	44	-
Cermi	7	-
GMT - Global Money Transfer	9	-
	38 072	37 154
	41 832	46 142

Foram reconhecidas no exercício perdas por imparidade em clientes no montante de 919 contos atendendo que foram identificados fatores de risco de cobrança e apesar de ainda não existir um contencioso. O fator “Prudência” primou nesta decisão.

	mESC			
	2016	2015	2014	2013
Perdas Por Imparidades				
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	450	6 600	16 463	13 013
Tecnicil Imobiliária	6	-	16 531	11 108
Enacol	-	-	6 069	5 544
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	-	-	375	-
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	356	6 159	1 488	-
Banco de Cultura	44	-	-	-
Cermi	7	-	-	-
Global Money Transfer, Sa	9	-	-	-
Adei	41	-	-	-
Tecnicil Industria, Sa	6	-	-	-
	919	12 759	40 926	29 665

NOTA 05 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica no montante de 291 contos decompunha-se da seguinte forma:

	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	52	163
Outros	231	0
Caução de Agua de Cabo Verde	8	8

NOTA 06 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Caixa	23	46
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico 74211209	417	785
Banco Interatlântico	1 041	952
Banco Comercial do Atlântico 6856254	1 159	1 689
Caixa Económica de Cabo Verde	2 117	344
Banco Caboverdiano de Negócios	1 188	938
Banco de Cabo Verde	1 682	865
Banco Africano de Investimentos	655	736
Ecobank de Cabo Verde	613	25
BIA Cartão Visa	43	193
	<u>8 915</u>	<u>6 527</u>
Depósitos à prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	10 000	10 000
BAI	10 000	-
	<u>20 000</u>	<u>10 000</u>
	<u>28 937</u>	<u>16 573</u>

NOTA 07 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado, 50 milhões de escudos. Por acumulação de reservas e resultados não distribuídos, os capitais atingiram em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os montantes de 104.634 contos e 85.490 contos, respetivamente.

NOTA 08 – FORNECEDORES

O saldo da Fornecedores, a 31 de Dezembro de 2016 decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2016	2015
Fornecedores nacionais		
TCV- Radio Televisão de Cabo verde	1 417	1 196
Electra	-	288
Outros, de valor individual reduzido	425	358
	<u>1 842</u>	<u>1 842</u>
Fornecedores estrangeiros		
Finantech	1 545	1 010
Compta	-	13
	<u>1 545</u>	<u>1 023</u>
	<u>3 387</u>	<u>2 865</u>

NOTA 09 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica Outras contas a pagar, a 31 de Dezembro de 2016, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2016	2015
Encargos com férias e subsídios de férias e respectivos encargos	2 689	1 386
Credores por acréscimos de gastos	377	297
	<u>3 066</u>	<u>1 683</u>

NOTA 10 – ESTADO E OUTOS ENTES PÚBLICOS

Ativo Corrente

O valor que no Balanço consta do ativo corrente em Estado e outros entes públicos (709 contos) refere-se a crédito de Imposto único sobre rendimento obtido nos anos anteriores nos depósitos á prazo (261 contos) e dos pagamentos de IUR fracionados (448 contos).

Em 2017, foram liquidados como 2 prestações do IRPC fracionados referente ao exercício de 2016 no montante de 3.175 contos.

Passivo Corrente

O valor que no Balanço consta do Passivo Corrente em Estado e outros entes públicos (12.107 contos) refere-se a:

		mESC	
		2016	2015
Saldo devedor			
Retenção de impostos sobre rendimentos	(ii)	709	5 851
		709	5 851
Saldo credor			
Retenção de impostos sobre rendimentos	(ii)	457	2 988
Contribuições para a Previdência Social	(ii)	559	618
Imposto sobre o rendimento à pagar	(iii)	-	3 775
Imposto sobre o rendimento - estimado	(iii)	11 091	6 478
Outros		-	310
		12 107	14 169

		mESC	
		2016	2015
Resultado antes de impostos		32 177	31 716
A adicionar			
Gastos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros (30%)		540	610
Perdas por imparidade não aceites		-	8 594
Perdas diversas não especificadas		-	-
Despesas de representação (50%)		140	2
Insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento		592	-
Imposto único sobre património		59	59
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		1 583	1 436
		2 913	10 701
A deduzir			
Dividendos recebidos		-	-
Donativos - Lei do Mecenato		77	161
Alienações		1 155	320
Ganhos dos exercícios anteriores		7 816	-
Perdas por imparidade aceites		-	16 531
		9 048	17 012
Matéria Colectável		26 043	25 405
Taxa aplicável		25,0%	25,5%
Encargo corrente do imposto sobre rendimento		6 511	6 478
Tributação Autônoma		213	-
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos		6 724	6 478

NOTA 11 – ACCIONISTAS/SOCIOS

O valor que no Balanço consta do passivo corrente de (6 310 contos) refere-se aos dividendos do ano 2015 por distribuir.

NOTA 12 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo em 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2016	2015
Serviços de Admissão à Cotação na Bolsa	-	200
Serviços de Custodia Mensal de Títulos	68 159	66 683
Taxa de manutenção	13 350	17 431
Taxa de inscrição de Operador	1 250	1 250
Operações de Bolsa	<u>5 667</u>	<u>2 827</u>
	88 426	88 391
Formações e alugueres	<u>2 138</u>	<u>604</u>
	<u>90 564</u>	<u>88 996</u>

Do total de vendas e prestações de serviços, 90.564 contos correspondem a prestações de serviços.

Trata-se de inputs inerentes a atividade principal da empresa (operações financeiras na Bolsa de Valores de Cabo Verde e operações correlacionadas).

NOTA 13 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Água	117	130
Electricidade	1 362	1 942
Combustíveis	277	330
Conservação e reparação	1 879	1 627
Ferramentas e utensílios	19	13
Material de publicidade e propaganda	4 881	7 980
Material escritório	131	111
Limpeza, higiene e conforto	112	102
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	865	879
Seguros	124	113
Vigilância e segurança	988	992
Serviço de informáticos	7 873	7 194
Deslocação e estada	1 149	2 637
Honorários	2 542	1 144
Serviços bancários	122	154
Trabalho especializado	3 520	803
Fornecimentos e serviços diversos	883	504
Outros, de valor individual inferior a mESC 1 00	<u>450</u>	<u>268</u>
	<u>27 294</u>	<u>26 923</u>

O total do FSE é no valor de 27.294 contos, onde se verificou um aumento de 0.04% (958 contos) em relação ao ano transato. As rubricas onde se verificam oscilações mais sensíveis foram:

- i) Na rubrica de Trabalho especializado houve um aumento de cerca de 338% devido ao facto que durante o ano de 2015 não solicitamos intervenções especializadas.
- ii) Um aumento considerável de Honorários, devido aos serviços de consultoria para implementação do Sistema de Gestão da Qualidade realização de cursos de curta duração.
- iii) Na rubrica de Material de publicidade e propaganda houve uma diminuição de cerca de 39% (3.099) em relação ao ano transato devido a pouca adesão a operações bolsistas.

NOTA 14 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Remunerações dos órgão sociais	9 159	10 455
Ordenados e salários	8 023	8 912
Encargos sobre remunerações	2 565	2 537
Outros gastos com o pessoal	5 937	2 533
	25 684	24 437
Nº médio de trabalhadores	13	13

	mESC	
	2016	2015
Encargo sobre férias	2 553	1 247
Premios e incentivos	893	882
Seguros de acidente de trabalho	22	24
Subsídio de Natal	1 277	-
Formação	1 116	288
Outras	76	92
	5 937	2 533

NOTA 15 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo da rubrica Outros Gastos e Perdas de 8.355 contos decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015
Donativos mecenatos	59	538
Quotizações	518	757
Impostos directos e indirectos	169	311
Outros	7 609	1 436
	8 355	3 042

NOTA 16 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Com a publicação do Decreto-Lei número 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRPC), segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado. De acordo com o novo CIRPC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2012 à 2014, o período de reporte é de três anos e são deduzidos até 100% do lucro tributável. Para os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciaram em ou após 01.01.2015 o período de reporte é de sete anos. As declarações de impostos ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de cinco anos, contado à partir do exercício a que respeitam.

NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2016	2015
Acrescimos de gastos		
Acrescimos por férias (ver Nota 09)	2 689	1 386
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 09)	377	297
	3 066	1 683
Diferimentos de gastos		
Seguros e outros (ver Nota 17)	708	228
Diferimentos de gastos		
Subsídio para investimentos (ver Nota 17)	10 358	20 714

NOTA 18 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

A data de 31 de Dezembro de 2016, Bolsa de Valores de Cabo Verde não tinha passivos contingentes nem compromissos não reconhecidos.

NOTA 19 – REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO SOBRE REVALORIZAÇÃO

Não foram efetuadas revalorizações de ativos fixos tangíveis.

NOTA 20 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2017. No período que decorreu entre 31/12/2016 e 04/03/2017 não foram detetadas situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2016.

NOTA 21 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A data de 31 de Dezembro não havia divulgações exigidas por diplomas legais a que a Empresa estivesse sujeita.

NOTA 22 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

Consideramos que as informações que constam das demonstrações financeiras são as relevantes para a compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016 e do desempenho no exercício de 2016.

O Contabilista Certificado
/Exaconta, Lda/

O Conselho de Administração
